

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: Há vagas	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Caminhoneiros preparam ato na ANTT em defesa da tabela do frete.....	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: ANTT decide reajustar tabelamento de frete	5
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	7
Título: Com medo de greve, motoristas enchem postos	7
Título: “País precisa voltar às privatizações”	8
VEÍCULO: Valor Econômico.....	12
Título: Tabela de frete sobe o custo mas reduz pressão por greve	12
Título: Petrochina aposta em retomada das importações de combustível	13
Título: Leilão contrata R\$ 7,8 bi em investimentos.....	15
Título: Petrobras dá apoio a crédito para Odebrecht	17
Título: Lyondell quer evitar diluição na compra da petroquímica	19
Título: Braskem reajusta resinas neste mês.....	21
Título: PPSA vende parte do petróleo da União	22
Título: Curta.....	23
Título: Política de Trump para renováveis pode afetar exportações brasileiras de etanol	24
Título: Vendas do produto bateram recorde no Brasil em julho	26
Título: Consumo de importados pode crescer	27
Título: Consumo de importados pode crescer	28
Título: Energia elétrica cara ainda é o principal obstáculo	29

Título: Setor acompanha regulação de gás.....	31
Título: Turbina e painel solar ampliam oportunidades.....	33
Título: Depois da recessão, alumina dá sinais de recuperação.....	35
Título: Setor busca mais produtividade com conceito 4.0.....	37
Título: Grupos apostam em novas tecnologias.....	39
Título: Preço deve se manter volátil no curto prazo.....	40
Título: Produção verde e inteligente tem destaque na ExpoAlumínio 2018.....	41
Título: Vendas para cadeia automotiva crescem.....	43
Título: Motor mais leve reduz consumo de combustível em 21%.....	45
Título: Tributação verde pode injetar investimentos na reciclagem.....	46
Título: Coleta de latas bate recordes sucessivos.....	48
Título: Certificação ambiental diferencia produção.....	49
Título: Fabricantes de esquadrias projetam recuperação.....	51
Título: Indústria de latas amplia participação de mercado.....	53
Título: Habitação popular puxa demanda na construção civil.....	55
Título: Alta do consumo incentiva investimento.....	56
Título: Arquitetura abre novas alternativas para uso de alumínio.....	57

VEÍCULO: O Globo**Data: 03/09/2018****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Há vagas**

Cerca de 80 mil trabalhadores apresentaram currículo de emprego nas obras de retomada do Comperj, limitadas, por enquanto, à construção da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN). Já há umas 300 pessoas trabalhando nesse projeto, número que deve chegar a três mil no final do ano. O recrutamento procura ser feito entre trabalhadores da região.

Nos próximos 60 dias a Petrobras espera fechar um acordo com os chineses para finalizar a obra toda. Já foram investidos no Comperj US\$ 12 bilhões. Faltam uns US\$ 2 bilhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 03/09/2018****Seção: Mercado****Autor: Heloísa Negrão, Ana Esteia de Sousa Pinto, Nicola Pamplona e Taís Hirata.****Título: Caminhoneiros preparam ato na ANTT em defesa da tabela do frete**

Após alta no preço do combustível, categoria volta a falar em parar estradas em um novo protesto

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO

OS grupos de mensagem de caminhoneiros no WhatsApp voltaram a ficar ativos desde o anúncio da alta de 13% no preço médio do diesel na última sexta-feira (31).

O reajuste reflete em particular a forte alta do dólar e praticamente zera o efeito de redução que foi possível a partir do subsídio oferecido pelo governo para por fim à paralisação em maio.

A categoria também se queixa de que a tabela do frete rodoviário não está sendo adotada e tenta organizar para o dia 12 um ato na sede da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

O caminhoneiro Salvador Edimilson Carneiro, o Dodô, que administra no Facebook a página da UDC-Brasil (União dos Caminhoneiros do Brasil), com 2.000 integrantes, afirma que já há uma movimentação para que os caminhoneiros voltem a parar.

Carneiro é membro do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado da Bahia. Ele é caminhoneiro há 12 anos e participou dos protestos de maio, quando criou a página no Facebook.

As redes sociais, como Facebook e WhatsApp, foram os instrumentos de mobilização usados pelos caminhoneiros durante a paralisação de 11 dias em maio.

Ao longo de todo o final de semanas, um grande número de áudios atribuídos a caminhoneiros circulou nas redes sociais convocando para uma nova paralisação. Alguns anunciaram que ela teria início nesta segunda-feira (3).

As entidade da categoria são reticentes sobre a questão. Não confirmam que haverá paralisação nesta semana, mas ventilam a possibilidade de que ela venha a ocorrer se não tiverem seus pleitos atendidos.

A Abcam, que reúne caminhoneiros autônomos, confirma ter detectado focos de insatisfação por aplicativos de trocas de mensagem, mas diz que ainda não vê mobilização suficiente para nova paralisação. A entidade disse que pretende se reunir com o governo para discutir o tema e que “fará o possível para evitar nova paralisação” da categoria.

Procurada pela Folha, a assessoria de imprensa do Palácio do Planalto disse que não houve reunião sobre a questão no final de semana e não soube detalhar se haverá encontro nos próximos dias.

Do Mato Grosso, Gilson Baitaca, líder do Movimento dos Transportadores de Grãos, diz que se a ANTT não se posicionar sobre a aplicação da tabela do frete, é grande o risco de haver novas paralisações.

Baitaca também afirma que as transportadoras não estão cumprindo os preços tabela do frete e não há fiscalização a respeito. “Queremos ver alei chegar na ponta, nos caminhoneiros que estão nas estradas”, afirma.

A novata e desconhecida UDC -Brasil foi a única organização que divulgou nota afirmando que haveria uma paralisação após o feriado da Independência (dia 7 de setembro).

Segundo Carneiro, o comunicado foi uma iniciativa isolada de um dos membros do grupo de Whatsapp, mas ele confirma a disposição da categoria em discutir

uma nova manifestação. “Se fosse pela empolgação, hoje íamos amanhecer parados em vários pontos”, afirma.

Mas argumenta que vai esperar o ato na ANTT: “Nós vamos juntar dez caminhoneiros de cada estado do país e vamos para Brasília, para a frente do prédio da ANTT. Sem baderna. Vamos fazer igual aos sem-teto, vamos invadir o prédio e só sair de lá quando atenderem a gente.”

Outra liderança, Wallace Landim, conhecido como Chorão, não vê espaço para uma nova greve antes desse ato. “Acho que parar agora é um tiro no pé. Tem gente infiltrada tentando usar a categoria como massa de manobra para isso, mas não tem como fazer agora”, diz Landim.

A Agência soltou uma nota em seu site afirmando que, por conta da variação no preço do diesel irá promover os ajustes na tabela do frete, conforme previsto na lei.

Após a adoção da tabela, associações e empresas entraram com ações contrárias à imposição do preço mínimo para o transporte de mercadoria. O ministro Luis Fux, do STF (Supremo Tribunal Federal) conduz o caso e decidiu por fazer uma audiência pública que irá ocorrer no próximo dia 27. Em agosto, ele ouviu as partes envolvidas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 03/09/2018

Seção: Economia

Autor: Fabrício de Castro Camila Turtelli / BRASÍLIA

Título: ANTT decide reajustar tabelamento de frete

Agência divulgou nota após rumores de retomada da greve dos caminhoneiros; apesar de entidades negarem paralisação, postos de MG e PE registraram filas

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) decidiu reajustar a tabela de preços mínimos de frete por causa da alta recente de 13% no preço do diesel nas refinarias. Técnicos da agência se reúnem hoje com o ministro do Transportes, Valter Casimiro Silveira, para definir a calibragem do ajuste.

O tabelamento do frete rodoviário foi um dos pedidos dos caminhoneiros atendidos pelo governo Michel Temer para pôr fim, em maio, à paralisação da categoria que durou 11 dias e provocou grave crise de abastecimento no País. Uma lei sancionada em 8 de agosto estabelece que uma nova tabela de preços deve ser publicada toda vez que o diesel variar mais do que 10%. A expectativa é de que os ajustes sejam anunciados em poucos dias.

Apreensão. Durante o fim de semana, nota distribuída por uma entidade de caminhoneiros convocando, por rede social e aplicativos de celular, uma nova greve causou apreensão. Feita pela União dos Caminhoneiros do Brasil (UDC) – sem identificar responsáveis ou a sede da UDC –, a convocação não foi reconhecida por outras entidades representativas dos caminhoneiros, como a Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam) – a principal liderança da greve de maio – e sindicatos de diversas regiões do País.

A ANTT se apressou em divulgar, no site, no sábado, nota informando não ter sido procurada pela UDC e que já estava discutindo a tabela de frete. Diante do recrudescimento dos rumores a informação é de que a tabela será revista em função do preço do diesel. Caminhoneiros também reclamam que a ANTT precisa fiscalizar a aplicação da tabela por parte dos contratantes, o que não estaria ocorrendo em várias partes do País.

A agência argumenta, no entanto, que precisa de uma regulamentação específica para poder fiscalizar os preços cobrados no transporte de cargas – algo que nunca foi feito no Brasil. Isso demanda discussões com todos os envolvidos e abertura de consulta pública, cujo prazo pode chegar a 60 dias. Na prática, a fiscalização não começará imediatamente.

Filas. Mesmo com a greve descartada, por ora, o temor de um novo desabastecimento provocou filas em postos de gasolina em algumas regiões. Foram registradas longas filas de carros em Belo Horizonte (MG) e Recife (PE) ontem. "Meu chefe me ligou e disse para abastecer. É bom a gente ser precavido", afirmou o motociclista Eduardo dos Santos, 23 anos, que mora em Belo Horizonte. A reportagem flagrou filas em alguns postos sem gasolina na capital mineira.

Um dos principais líderes da greve dos caminhoneiros realizada em maio, Wallace Landim, conhecido como Chorão, descartou a possibilidade de nova paralisação da categoria nesta semana, rebatendo rumores que circularam no fim de semana. Chorão disse que a próxima manifestação da categoria está convocada para o dia 12 deste mês, quando os caminhoneiros devem fazer um protesto em frente à ANTT em Brasília, para cobrar fiscalização para o cumprimento do tabelamento de frete.

Já o presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens no Estado do Pará (Sindicam-PA), Eurico Tadeu Ribeiro dos Santos, afirmou que "oportunistas" estão usando o nome da categoria. Segundo ele, não há neste momento perspectiva de greve semelhante à ocorrida em maio. "O governo fez a parte dele, criou todas as condições, criou a tabela do frete", afirmou. "Tem gente usando a categoria para se promover."

Nada oficial. Procurados, o Sindicato do Comércio Varejista de Derivados do Petróleo do Estado São Paulo (Sincopetro) e a Plural, entidade que reúne a BR (da Petrobrás), Raízen (da Cosan e Shell) e Ipiranga (do Ultra), não foram comunicadas oficialmente sobre retomada da greve. José Alberto Gouveia, presidente do Sincopetro, disse que não houve registro de filas em postos em São Paulo e trata o assunto, no momento, como boato. / COLABORARAM LUCIANA DYNIEWICZ E MÔNICA SCARAMUZZO, DE SÃO PAULO, E LEONARDO AUGUSTO, ESPECIAL PARA O ESTADO

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 03/09/2018

Seção: Brasil

Autor: Gabriel Ronan e Juliana Cipriani

Título: Com medo de greve, motoristas enchem postos

O temor de reviver o desabastecimento e a alta dos preços de combustíveis e de produtos alimentícios causados pela greve dos caminhoneiros, em maio, foi reativado por uma nota da União dos Caminhoneiros do Brasil (UDC), informando que, depois do feriado da Independência, em 7 de setembro, faria mobilização por tempo indeterminado. O aviso da entidade que reúne transportadoras se espalhou e, apesar de outras instituições de caminhoneiros negarem a paralisação, as filas nos postos já começaram em algumas localidades.

Segundo a Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam) e sindicatos de diferentes regiões do país, por enquanto, não existe “clima” para uma nova greve. Sobre a nota da UDC, as entidades consideram que ela não representa a categoria. “Isso tudo é boato, ninguém do nosso grupo está organizando qualquer tipo de greve. Também recebi a notícia, mas, para mim, é falsa”, afirmou o presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Minas Gerais, Antonio Vander Silva Reis.

O presidente da Federação dos Caminhoneiros Autônomos de São Paulo, Claudinei Pelegrini, também negou o risco de paralisação. “Não vai ter greve. Isso aí são intervencionistas ainda tentando trazer pânico para o nosso país. Os caminhoneiros estão cientes de que o que foi negociado com esse governo foi cumprido e que, agora, é esperar o próximo”, disse. Segundo Pelegrini, não adianta fazer paralisação às portas da eleição.

O ministro-chefe da Secretaria de Governo, Carlos Marun, confirmou que não há motivo para greve. “Cumprimos todos os compromissos assumidos. O diálogo com os caminhoneiros é permanente. O bom senso vai prevalecer”,

disse.

Ontem, em Belo Horizonte, entretanto, o movimento nos postos começou cedo e aumentou durante o dia. No fim da tarde, alguns estabelecimentos já tinham filas de mais 50 carros. No Distrito Federal, a corrida para abastecer foi menos evidente, mas o assunto corria de boca em boca, em mensagens nas redes sociais. Em estabelecimentos de Águas Claras, motoristas tiveram que esperar para ser atendidos.

Na capital mineira, seguro morreu de velho e, mesmo depois de haver um desmentido sobre a paralisação, a corrida por combustível continuou. “Ouvi na rádio que a nova greve é fake news, mas, por via das dúvidas, resolvi encher o tanque. Da última vez, foi um sufoco e prefiro garantir”, justificou Bruno Nunes Franco, 35 anos.

A possibilidade de desabastecimento é negada, inclusive, nos postos. O frentista Luiz Mário afirmou, em BH, que o gerente do estabelecimento em que trabalha garantiu que receberá dois caminhões hoje. “Não tem previsão de ficar sem gasolina nem álcool. Talvez, com esse grande movimento que está tendo hoje, podemos ficar sem até o início da noite, mas amanhã receberemos o combustível normalmente”, garantiu.

Por medo de reajuste nos preços, caso os caminhoneiros parem e impeçam a chegada de gasolina aos postos, muitos enfrentaram filas no domingo. “Assim que vi a fila, resolvi encher o tanque”, disse Vanoir Oliveira, 47.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 03/09/2018

Seção: Economia

Autor: Ana Paula Vescovi

Título: “País precisa voltar às privatizações”

>> Ponto a ponto Ana Paula Vescovi

O país vive um estágio de saturação no sistema tributário e nas contas públicas. Durante discurso em seminário do Correio, a secretária executiva do Ministério da Fazenda, Ana Paula Vescovi, diz que o estrago fiscal chega a tal nível que não há mais saída a não ser uma reforma do Estado. O espaço orçamentário é quase mínimo, a dívida pública se aproxima cada vez mais de 100% do Produto Interno Bruto (PIB) e a carga tributária é altíssima. “Só nos resta reformar o gasto do Brasil”, afirma.

A secretária aponta que é preciso, além da agenda de reformas, realizar o leilão de estatais deficitárias, que geram prejuízos aos cofres públicos. Segundo Ana Paula, a palavra “privatização” precisa voltar a ser pronunciada para mobilizar recursos no país. Aliado à tentativa de equilibrar as contas públicas, o sistema tributário, que é complexo e distorcivo, tem de ser revisado. Ela critica o Simples Nacional e os programas especiais de regularização tributária, os chamados Refis.

Ana Paula avalia que o excesso de incentivos fiscais gera problemas graves tanto nas contas públicas quanto no sistema tributário. Por isso, defende a congruência dos agentes do setor produtivo: “aqueles que querem a simplificação tributária precisam reconhecer que especificidades geram complexidade. Às vezes entram em contradição”. (HF)

Vendas de estatais

A palavra privatização tem que voltar a ser falada e pronunciada de forma muito aberta. Privatizar para quê? Porque disso decorre um processo muito maior de mobilização de recursos para investimentos. Nós privatizamos o setor de telecomunicações nos anos 1990, houve uma mobilização maior de recursos produtivos e, hoje, os consumidores têm mais diversidade de ofertas e bem-estar. Todas as empresas têm o uso da tecnologia de telecomunicação e isso é redução de custo. O setor cresceu e emprega mais pessoas. Hoje, nós vemos o contrário no setor elétrico, que tem aquela dificuldade de atrair investimentos e de ampliar a oferta, devido ao excesso de intervenção do governo que houve no passado. Realizamos o leilão da Cepisa (Companhia Energética do Piauí). O custo da tarifa vai cair 8,5%, com R\$ 700 milhões de investimentos imediatos.

Serviços públicos

Nós chegamos ao limite de onde poderíamos ir dentro do que qualifico como a pior crise fiscal da história. Nós gastamos muito no Brasil e gastamos mal. O orçamento do governo federal vai para a casa de R\$ 1,5 trilhão, aproximadamente. Não é pouco. E gastamos mal porque todo o recurso empregado não corresponde à redução de desigualdades ou de melhoria da equidade no Brasil. Da proporção de recursos aplicados, o retorno para a sociedade é baixo. Nós temos baixa legitimidade no processo tributário e não é à toa. A sociedade se percebe pagando muito imposto, mas colhendo poucos benefícios. Nós temos que ter mais efetividade nos impostos que são recolhidos compulsoriamente.

Gasto do governo

Temos uma dívida pública muito alta. Acima da média de nossos pares. Pelas estatísticas do FMI (Fundo Monetário Internacional), que se diferem um pouco da nossa, a dívida pública é de 84% do PIB. A média dos pares é de 48%. Nós chegamos ao limite de um endividamento indesejado. Temos também uma carga tributária muito elevada. E, para completar, um orçamento engessadíssimo. De R\$ 1,5 trilhão, R\$ 100 bilhões são discricionárias. O resto são despesas obrigatórias fixadas no passado que crescem por indexação absolutamente automática e associadas a regras de funcionamento absolutamente insustentável. Resumindo: espaço orçamentário nenhum, dívida e carga tributária alta. Só nos resta reformar o gasto do Brasil. O estado brasileiro precisa ser reformado. O gasto precisa ser revisto.

Sistema tributário

Nós temos um sistema tributário em que a característica principal é a complexidade. Está completamente disfuncional. Não só na situação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), mas de outros tributos federais, estaduais e municipais que incidem complexidade. Têm divergência de bases tributárias e de formas de tributação, e uma diversidade de alíquotas que fica ao sabor dos entes federados. Confunde-se muito, no Brasil, autonomia federativa com responsabilidade dessas instâncias de atuar em favor da sociedade, do contribuinte e, em última instância, dos consumidores. Há uma falta muito grande de integração entre os fiscos e entre as agências reguladoras. Nós estamos num nível de tecnologias capazes de permitir uma integração de dados, pois ela não vem só em favor da eficiência na coleta, mas também do custo menor para aqueles que pagam os impostos. E também vai a favor do combate às fraudes.

Judicialização

Em decorrência desse processo de alta complexidade, há o excesso de judicialização, que é uma característica peculiar do nosso sistema. Temos que nos sensibilizar que, se nós não colocarmos o foco produtivo da sociedade para aquilo que realmente interessa aos cidadãos, não vamos conseguir avançar. Todos defendem a simplicidade, todos defendem um sistema tributário mais claro.

Incentivos fiscais

É importante termos a compreensão de que tratamentos específicos, como regimes especiais de tributação, são um fator de complexidade. Muitos investem nessa agenda, buscando a simplificação e a redução de custo de transação. Temos, portanto, que ter clareza de que, se quisermos dar algo diferente para algum setor, estamos contribuindo para a complexidade. Aqueles

que defendem regimes especiais têm que ter em mente que, antes de mais nada, a cada ação específica, nós geramos mais complexidade regulatória e tributária.

Subsídios sem retorno

Há a justificativa de que as empresas precisam ser compensadas de alguma forma para competir no mercado global. Ou seja, alívio tributário. Daí saem os incentivos tributários, as desonerações e os regimes regionais. Os gastos tributários (subsídios) chegaram a 4,5% do PIB. Isso há 10 anos era 2% do PIB. Tanto que há um dispositivo (na Lei de Diretrizes Orçamentárias) que aponta para a necessidade do governo em ter um plano para fazer de novo a convergência desses gastos tributários para ordem de 2% do PIB. Somos um país de renda média, em desenvolvimento, lutando para se tornar um país desenvolvido. Países desenvolvidos não têm esse índice de gastos tributários. Portanto, aqueles que defendem os seus gastos tributários, às vezes, entram em contradição quando defendem um processo de simplificação do regime de tributação.

Simples Nacional

O Simples é a principal iniciativa de adotar um sistema de simplificação tributária. Mas o programa atinge um limite de faturamento muito maior do que qualquer outro referencial nacional: R\$ 3,6 milhões. Obviamente, esse valor não é de uma micro nem de uma pequena empresa. Nos Estados Unidos, o limite é de pouco mais de US\$ 100 mil (cerca de R\$ 400 mil). Na Grã-Bretanha, também é menor. Então, escapou muito do nosso objetivo de ter, de fato, empresas nascentes e de baixa escala que precisam ser protegidas para poder crescer. O que faz é inibir o crescimento dessas empresas porque querem ficar dentro de um regime que paga menos imposto.

Refis

Nós temos um problema que precisa ser enfrentado no Brasil: o excesso de processos de refinanciamento de dívidas tributárias. Cada vez que abrimos um Refis (Programa Especial de Regularização Tributária), sinalizamos aos contribuintes que vale esperar um pouco para pagar com desconto lá na frente. Quem não paga os impostos acaba levando vantagem sobre quem paga em dia. Ou seja, tem uma questão de risco moral muito grande para aqueles que se dispõem a pagar corretamente seus impostos. Isso é, de fato, mais um fator de deterioração das bases da tributação e de aumento da litigiosidade.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/09/2018****Seção: Política****Autor: Cristiano Zaia | De Brasília****Título: Tabela de frete sobe o custo mas reduz pressão por greve**

Depois que a Petrobras anunciou reajuste de 13% para o óleo diesel no fim da semana passada e em meio à iminência de novas greves de caminhoneiros, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) já prepara a publicação de uma nova tabela de frete rodoviário para cargas nos próximos dias.

O comunicado da agência, divulgado no sábado, causou temor no setor produtivo de que a próxima tabela aumente mais ainda os custos com a contratação de frete.

A alegação da Petrobras foi que os preços estavam congelados havia 60 dias. No sábado, a União dos Caminhoneiros do Brasil (UDC) prometeu que fará novas paralisações após o feriado de 7 de setembro. Já a Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam) descartou novas greves, mas disse, por nota, que solicitou à Casa Civil audiência para cobrar do governo o cumprimento da Medida Provisória 838, mantendo a subvenção de R\$ 0,46 do valor do diesel até o fim do ano.

Como efeito, no mesmo sábado, a ANTT divulgou comunicado dizendo que publicará nova tabela, em cumprimento à lei do frete mínimo, sancionada em agosto pelo presidente Michel Temer como parte do acordo para cessar as greves de caminhoneiros que afetaram o país no fim de maio.

A Lei 13.707, que instituiu a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, prevê que sempre quando houver oscilação no preço do óleo diesel no mercado nacional superior a 10% em relação ao preço considerado na planilha de cálculos, a ANTT terá que publicar nova resolução com novos pisos mínimos, considerando a variação no preço do combustível.

O aviso da agência provocou reações imediatas da classe empresarial. Edeon Vaz, diretor-executivo do Movimento Pró-Logística da Aprosoja-MT, entidade que representa os produtores de soja de Mato Grosso, diz esperar um reajuste para mais também nos valores da tabela. "Vai piorar o valor do frete com certeza. Não tem uma ação do governo que não seja para piorar a questão do frete", avaliou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/09/2018****Seção: Empresas****Autor: Marina Falcão | Do Recife****Título: Petrochina aposta em retomada das importações de combustível**

Com a finalização da compra de 30% da distribuidora pernambucana TT Work, a petroleira Petrochina assumiu o comando da área de trading da companhia com a aposta de que as importações voltarão a ganhar espaço no mercado nacional de combustíveis a partir do ano que vem.

"Temos a expectativa de que o Brasil volte a funcionar depois das eleições. Alguma coisa tem que mudar. Essa incerteza não é boa para ninguém, nem para o governo", disse Ning Le, presidente da Petrochina Internacional Brazil, braço de comércio exterior da petroleira chinesa no país.

Maior petroleira chinesa, a Petrochina entra no mercado de distribuição de combustíveis com objetivo de verticalizar o seu negócio no Brasil. A empresa, detentora de 10% do consórcio de Libra, já explora petróleo em território nacional.

No Recife para o fechamento da transação com a TT Work (antiga Total Combustíveis), Le disse que está olhando outras oportunidades de negócios no país, sejam aquisições ou investimentos em infraestrutura. Segundo o executivo, a Petrochina "provavelmente" também terá interesse em entrar no mercado de refino do país, embora não haja nenhum projeto em andamento "no momento".

De acordo com Le, cerca de 10 anos atrás, a área de trading da Petrochina (a Petrochina International) começou a ficar mais presente nos principais mercados de petróleo, como Cingapura e Londres. Hoje são 47 filiais e 1.500 funcionários no mundo.

No Brasil, o momento não é bom para as importadoras independentes, que reclamam que a Petrobras tem praticado preços abaixo da paridade internacional tanto para o diesel quanto para a gasolina, situação que piorou após a greve dos caminhoneiros quando o diesel passou a ser subsidiado.

Presidente da Associação Brasileira das Importadoras de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo diz que só a Petrobras está conseguindo importar no momento. "Em outubro do ano passado, a importação chegou a 1,9 milhão de metro cúbico ao mês, hoje é zero", afirmou Araújo.

No ano passado, quando trazer combustível de fora do país ainda era competitivo, a trading da Petrochina no Brasil foi responsável por 7% das importações de diesel. No mesmo ano, a TT Work, também impulsionada pelas importações, ampliou sua receita líquida em 50%, para R\$ 6,6 bilhões, e reverteu um prejuízo de R\$ 20 milhões, lucrando R\$ 128 milhões.

As expectativas são mais modestas para este ano, afirma Alberto Perez, presidente da TT Work. "O crescimento será menor. Estamos refazendo nossos cálculos, disse Perez. Assim como Le, o empresário pernambucano também está depositando suas fichas no pós-eleições. "O mercado trabalhando nas condições normais vai ser aberto para importações. Até porque a Petrobras não produz 100% do combustível no Brasil, ela própria faz a importação de 30%", afirmou.

Quando o ambiente para importações melhorar, a TT Work quer usar a força do portfólio de atuação da Petrochina no mundo para trazer vantagens competitivas para o negócio no Brasil. A ideia é importar cada vez mais produtos da China e de outros países onde a Petrochina atua, como os Estados Unidos. Não significa dizer que a empresa deixará de comprar o produto nacional da Petrobras. "Convivemos com esse tipo de adversidade não é de hoje, uma hora compensa importar outra hora não. Mas é natural que venhamos a ter uma maior competição doméstica com o Brasil querendo se colocar como um dos 'players' globais", disse Perez.

A TT Work foi criada há 20 anos pelo empresário e mais quatro sócios pernambucanos, que também são donos de uma fábrica de motos da marca chinesa Shineray, instalada no complexo industrial de Suape (PE). Na transação com a Petrochina, os sócios embolsaram todos os recursos da venda da fatia da TT Work, ou seja, não houve capitalização da empresa. O valor do negócio não foi divulgado.

A Petrochina já era parceira comercial da TT Work e as negociações para sua entrada no capital acionário da distribuidora demoraram dois anos. Pelo acordo, a presidência da empresa continua nas mãos dos sócios-fundadores, mas os chineses indicaram o executivo Marcos Coelho - que trabalhava na trading Trafigura - para assumir a diretoria financeira da companhia. No conselho de administração de sete membros, a Petrochina ficou com duas cadeiras.

No ano passado, a TT Work distribuiu 2,3 milhões de metros cúbicos de combustível, o que a posiciona como a quinta maior distribuidora no ranking nacional do setor. Além da distribuidora - que agora passa a se apresentar como Petronac -, a holding TT Work abriga ainda uma empresa de logística (Tdez), uma de terminais (Tecom) e uma de importação (Atlantimport).

A TT Work hoje tem postos 130 embandeirados e tem uma previsão de que até 2020 todos eles terão mudado o seu nome para Petronac. Com quatro bases próprias de distribuição (BA, SP, GO e DF), a empresa atende ainda 3.800 postos em 1.000 municípios em 14 estados, que se abastecem não exclusivamente com combustível da TT Work.

Ao fim do ano passado, a empresa tinha patrimônio líquido de R\$ 193 milhões e endividamento líquido de R\$ 31 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Leilão contrata R\$ 7,8 bi em investimentos

O atraso de quase sete horas para começar não afetou o interesse dos investidores no leilão A-6 realizado na sexta-feira, que contratou 2,1 gigawatts (GW) de potência em projetos de geração de energia com previsão de entrada em operação em 2024.

Ao preço médio de R\$ 140,87 por megawatt-hora (MWh), o leilão movimentou R\$ 23,67 bilhões em contratos, envolvendo investimentos estimados em R\$ 7,8 bilhões. Segundo informações da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o deságio médio de 46,89% vai possibilitar uma economia de R\$ 20,9 bilhões aos consumidores durante a vigência dos contratos.

Por pouco, o leilão não precisou ser remarcado. Uma decisão do Tribunal Federal Regional da 2ª Região (TRF2) suspendeu o certame na noite de quinta-feira, no contexto de uma ação movida pela empresa Energy Power Partners (EPP), que concorreu com uma termelétrica a gás natural liquefeito (GNL) de 1.200 MW - e não foi vitoriosa. Alegando um erro da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) no cadastramento do projeto, a EPP foi à Justiça e conseguiu uma liminar para participar do certame. A EPE recorreu, e o presidente do TRF2, desembargador André Fontes, decidiu suspender o leilão, por entender que outros empreendedores poderiam ter direito a fazer ajustes nos projetos habilitados.

Na sexta-feira pela manhã, a Advocacia-Geral da União (AGU) entrou com recurso no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que reverteu a decisão anterior, e manteve a participação da Energy Power Partners no leilão.

A liberação para a realização do certame, originalmente marcado para ter início às 10h, aconteceu pouco depois das 16h, perto do prazo limite para que, operacionalmente, a CCEE tivesse condições de realizar a disputa.

Conforme esperado, a fonte eólica teve o maior destaque no leilão, atingindo a contratação de 1,25 GW de potência e 658,6 MW médios de garantia física, mais da metade do negociado. O preço médio foi de R\$ 90,45/MWh, deságio de 60,15% em relação ao preço teto estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), de R\$ 227/MWh.

Apesar da mudança do contrato da fonte eólica de disponibilidade para quantidade (com maior alocação de riscos nos geradores), o preço médio ficou inferior ao verificado no leilão A-6 de dezembro, de R\$ 98,67/MWh, e chegou perto do recorde de abril, quando um certame A-4 (projetos com entrada em quatro anos) negociou empreendimentos desta fonte ao preço de R\$ 67,60/MWh.

Segundo a Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), a tendência de queda dos preços de eólica segue o comportamento visto mundialmente, principalmente por causa do avanço da tecnologia. "No caso específico do Brasil, vale ponderar que o novo contrato por quantidade traz riscos que tendem a elevar os preços, mas este não foi um fator preponderante neste leilão, porque ainda temos um represamento de projetos muito grande devido aos dois anos em que o setor ficou sem leilões", informou a entidade em nota, se referindo ao período de novembro de 2015 a dezembro de 2017.

Vários dos projetos contratados não venderam toda sua garantia física no leilão. A energia assegurada efetivamente vendida pelas eólicas somou 420 MW médios. O restante pode ser negociado em outro leilão ou destinado ao mercado livre. É o caso do complexo eólico Gameleira, da CPFL Renováveis.

O ativo, com 69,3 MW de capacidade instalada, ficará no Rio Grande do Norte. Em comunicado ao mercado, a CPFL Renováveis informou que vendeu 12 MW médios no leilão ao preço médio de R\$ 89,89/MWh, e comercializou o restante de sua energia no mercado livre.

A CPFL Renováveis também contratou a pequena central hidrelétrica (PCH) Cherobim, localizada no Paraná, com 28 MW de potência e 16,5 MW de potência. O empreendimento foi vendido com preço de R\$ 189,95/MWh, próximo do valor médio do certame, que atingiu R\$ 181,48/MWh. O desconto em relação ao preço teto de R\$ 290/MWh foi de 37,42%.

No total, na fonte hídrica, foram contratados 457,7 MW de potência e 232,6 MW médios, com preço médio de R\$ 181,48/MWh, deságio de 37,42% em

relação ao teto de R\$ 290/MWh. Dos onze projetos contratados, apenas um já tinha outorga, a hidrelétrica Baixo Iguaçu, que tem 350 MW de capacidade e localizada no Paraná. O projeto, que depois de inúmeros atrasos está em fase final de construção pelo consórcio formado pela Neoenergia e pela Copel, vendeu 23,4 MW médios no A-6, ao preço de R\$ 151,68/MWh.

O leilão contratou ainda 391 MW em termelétricas, ao preço médio de R\$ 179,87/MWh. O valor representa desconto de 41,6% em comparação com o teto determinado pela Aneel, de R\$ 308/MWh. Foram contratados três projetos, dois a bagaço de cana.

O único projeto a gás natural contratado foi uma termelétrica da Eneva, a usina Parnaíba V, com capacidade instalada de 386 MW e 326 MW médios de garantia física. O empreendimento será instalado no Complexo Termelétrico Parnaíba, no Maranhão, com gás garantido pela Parnaíba Gás Natural, subsidiária integral da Eneva, a partir de suas concessões na bacia do Parnaíba.

Em comunicado, a Eneva informou que espera iniciar a construção da termelétrica no segundo trimestre de 2019. O grupo ítalo-argentino Techint será o responsável pela construção e engenharia do projeto (contratado como epecista), e os equipamentos serão fornecidos pela GE. O orçamento da Eneva é de R\$ 1,2 bilhão.

Na ponta compradora, as distribuidoras de energia Ceron (Rondônia), Energisa e Cemig somaram 58,25% da demanda total do leilão. A Ceron foi a maior compradora do leilão, ao contratar 36 milhões de MWh, 21,4% do total negociado. Em seguida, aparece a Energisa, que negociou cerca de 34,2 milhões de MWh, 20,48% do total. A estatal mineira Cemig, por sua vez, contratou 28 milhões de MWh, 16,5% da demanda.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti | De São Paulo

Título: Petrobras dá apoio a crédito para Odebrecht

A Odebrecht conseguirá nas próximas semanas receber os R\$ 900 milhões que faltavam da negociação de R\$ 2,6 bilhões em novas linhas de financiamento anunciada no fim de maio, obtidas com garantia das ações da Braskem dadas aos bancos.

Essa segunda parcela dependia de aprovação da Petrobras, pois estava atrelada à transformação da modalidade de garantia das ações ordinárias (ON) da petroquímica. Desde 2016, as ON da Braskem detidas pela Odebrecht estavam penhoradas em favor dos bancos e agora elas serão dadas em alienação fiduciária, assim como já ocorria com as preferenciais classe A.

A Petrobras aprovou na quarta-feira a permissão para que a Odebrecht deixe os papéis em alienação fiduciária. A estatal é sócia no controle da Braskem. Pelo acordo de acionistas, é preciso permissão dos sócios para fornecer os papéis em alienação fiduciária. A Odebrecht detém 50,1% das ações ordinárias da Braskem e 38% do capital total. A Petrobras possui 47% das ordinárias e 36% do total.

Em 2016, a Odebrecht fez a reestruturação da dívida da Atvos (ex-Odebrecht Agroindustrial), num total de R\$ 11 bilhões à época, e como parte da operação forneceu toda sua participação na Braskem em garantia aos bancos. Na ocasião, a petroquímica valia R\$ 13 bilhões na B3. A fatia de controle do grupo, avaliada então a R\$ 5 bilhões no mercado, foi usada para cobrir uma captação de R\$ 4 bilhões da holding, que foram aportados na empresa sucroalcooleira

Como desde então as ações da Braskem tiveram forte valorização na Bolsa - na sexta-feira, a companhia fechou o pregão valendo mais de R\$ 46 bilhões -, a Odebrecht vem utilizando esse ganho para obter mais recursos e, com isso, suprir a necessidade de liquidez dos demais negócios controlados.

Em abril de 2017, o grupo conseguiu liberar R\$ 2,5 bilhões e, no fim de maio deste ano, mais R\$ 2,6 bilhões. Entretanto, a empresa só havia conseguido sacar R\$ 1,7 bilhão e restavam R\$ 900 milhões, que dependiam dessa aprovação da Petrobras para modificação do formato da garantia sobre as ações ordinárias.

As novas linhas deste ano foram concedidas por Itaú e Bradesco, mas os papéis da petroquímica pertencem a um grupo de bancos que, além deste dois, tem BNDES, Banco do Brasil e Santander.

O grupo Odebrecht (ODB) teve receita bruta consolidada de R\$ 82 bilhões em 2017, com Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 17 bilhões. A dívida líquida total estava em R\$ 90,2 bilhões.

A Braskem, consolidada dentro dos resultados da ODB, teve receita líquida de R\$ 49,3 bilhões no ano passado, com Ebitda de R\$ 12,3 bilhões. Portanto, a petroquímica responde atualmente por mais da metade da receita e por mais de 70% do Ebitda. Sozinha, a empresa tinha R\$ 35 bilhões em compromissos brutos em dezembro, considerada a operação do México e o acordo de leniência, para R\$ 6 bilhões em caixa. A operação mexicana responde por cerca de um terço da dívida total.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/09/2018****Seção: Empresas****Autor: Graziella Valenti e Stella Fontes | De São Paulo****Título: Lyondell quer evitar diluição na compra da petroquímica**

A LyondellBasell quer emitir cerca de 10% a mais de ações para comprar a Braskem. Não muito mais do que isso, segundo fontes a par do assunto. A companhia vale hoje, na Bolsa de Nova York, pouco menos de US\$ 45 bilhões. A Braskem, por sua vez, está avaliada na B3 em US\$ 11 bilhões. A Lyondell não quer que a composição final seja muito diversa de 40% em ações e 60% em dinheiro.

A estrutura final do negócio e a avaliação exata da petroquímica brasileira, controlada pelo grupo Odebrecht em sociedade com a Petrobras, não foi definida. As negociações esquentam com a perspectiva da conclusão da diligência na Braskem nesta semana. O passo seguinte é a apresentação de uma proposta visando a assinatura de um acordo inicial.

Entretanto, o grupo holandês, que tem como maior acionista o ucraniano Len Blavatnik, detentor de cerca de 20% da companhia, está preocupado com a equação da operação, pois não quer promover uma diluição significativa, já que possui dinheiro em caixa. Entre 2010 e 2017, a empresa retornou mais de US\$ 28 bilhões em dividendos e recompra de ações. No primeiro semestre deste ano, a Lyondell pagou US\$ 743 milhões em dividendos para lucro líquido de US\$ 2,9 bilhões no período.

A preocupação do grupo holandês é não herdar da Odebrecht uma relação comercial estressada com a Petrobras

A equação ficou mais complexa porque a Odebrecht almeja ter 10% da companhia combinada. Mas a Lyondell não teria ações suficientes para atender a todos os acionistas no caso de uma compra nesse nível.

A operação tem potencial para criar a maior companhia do mundo em resinas plásticas, com valor de mercado superior a US\$ 60 bilhões, consideradas as sinergias. Além disso, é estratégica para a holandesa, que possui plano de expansão em produção global e regional, rumo às Américas.

A Lyondell já sinalizou que é condição, para ela, que possa oferecer rigorosamente a mesma forma de pagamento para todos: Odebrecht, Petrobras

e minoritários da Braskem na bolsa. Cada sócio poderá escolher uma composição diversa de recebimento, mas a oferta deve ser igual para todos.

A preocupação do grupo holandês é não herdar da Odebrecht uma relação comercial estressada com a Petrobras, já que é a única fornecedora local de matéria-prima. Por isso, quer garantir que sua proposta seja igual para todos, após o aumento de recados da estatal de que pode querer ficar com uma parte em ações - e não receber tudo em dinheiro como se imaginava inicialmente.

Embora venha reiterando que pode querer ações da companhia resultante, ainda predomina a percepção de que a Petrobras prefere dinheiro. Dentro das conversas, uma das possibilidades para acomodar as preocupações internas da estatal sobre seu futuro na petroquímica é firmar uma carta de intenções sobre parcerias nessa área. Com a exploração do gás do pré-sal, a Petrobras vai aumentar a oferta de etano, propano e outros hidrocarbonetos, usados na produção de resinas e demais petroquímicos. A Lyondell poderia ser parceria em projetos nessa área.

Na prática, se todos quiserem estrutura composta por ações e dinheiro, sobrarão à Odebrecht uma fatia menor na companhia resultante e uma parte considerável em dinheiro. A Odebrecht tem sinalizado ter entendido e concordado com isso. Contudo, há um limite para que a transação faça sentido.

Toda parcela que for recebida em dinheiro será exigida pelos bancos credores que estão com as ações da Braskem em garantia - BNDES, Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil e Santander. A transação precisa da permissão dessas instituições para acontecer.

Para a Odebrecht, cuja dívida líquida consolidada é de R\$ 90 bilhões, a transação é vital para valorizar a participação na Braskem, que se tornou seu principal motor financeiro nos últimos anos, mas sem gastar de fato o patrimônio.

A conta simplificada aponta que, se tiver 10% de um negócio potencialmente avaliado em US\$ 60 bilhões, a Odebrecht possuirá ativo de US\$ 6 bilhões e com perspectiva de valorização renovada. Hoje, a preços de mercado, a participação na petroquímica vale pouco menos de US\$ 4,5 bilhões.

As ações da Braskem foram dadas em garantia a bancos credores em julho de 2016. Desde então, sobre a valorização da petroquímica na bolsa, a empresa conseguiu mais de R\$ 5 bilhões em liquidez, além de alongamentos.

Uma vez superada toda a matemática da estrutura, a sequência de eventos pretendida para o negócio é uma oferta à Odebrecht pela fatia de 50,1% das

ações ordinárias da Braskem. Em seguida, a Petrobras deve dizer se aceita a proposta e, como última etapa, uma oferta pelas ações na bolsa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Braskem reajusta resinas neste mês

A Braskem vai anunciar aumentos de preço para as resinas termoplásticas no mercado doméstico, com aplicação neste mês, apurou o **Valor**. Segundo fontes do setor, a empresa está avaliando o percentual de reajuste. Entre clientes, porém, a informação é de que a alta ficará em torno de 10%.

Os preços domésticos do polipropileno (PP) e do polietileno (PE) vêm em trajetória de alta desde o início do ano, com destaque para a primeira resina. Além do comportamento das cotações internacionais, que influencia os valores no país, a desvalorização do real tem papel relevante nos reajustes anunciados em 2018, sobretudo nos últimos meses.

"A principal razão para a já esperada alta no mercado brasileiro é o dólar", diz o sócio-diretor da consultoria MaxiQuim, Otávio Carvalho. No caso do PP, os preços domésticos em reais subiram praticamente em todos os meses de 2018. Em dólares, o cenário é diferente. Em janeiro, a tonelada da resina vendida no mercado brasileiro estava em US\$ 1.705. Em agosto, a mesma tonelada valia US\$ 1.699.

A referência para a cotação do PP no país é o mercado asiático, cuja petroquímica também é baseada em nafta. Contudo, o valor do propeno nos Estados Unidos, que sobe há meses seguidos por causa da relação estreita entre oferta e demanda, influencia as cotações da resina em todo o mundo. Em agosto, o PP no mercado americano atingiu a máxima em 45 meses, segundo a consultoria ICIS.

No mercado brasileiro de PE, a referência é o preço de exportação americano e a chegada de novas capacidades nos EUA tem provocado estabilidade ou queda dos preços, conforme a resina. Aqui, a cotação da tonelada em janeiro era de US\$ 1.672 e, em agosto, US\$ 1.654.

Procurada, a Braskem informou que, "historicamente, adota uma política de preços praticados no mercado internacional atualizados na moeda local".

Sobre o reajuste, a Abiplast informou que "os transformadores de plástico, como trabalham em um mercado de muita concorrência, com alta capacidade ociosa, e em crise, não têm como repassar aumento de custos". Ela destaca, ainda, que as matérias primas são "fornecidas por empresas com forte poder de mercado, que além de serem monopolizadas ou oligopolizadas, têm proteções adicionais que preservam as reservas de mercado".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha e Renato Rostás | De São Paulo

Título: PPSA vende parte do petróleo da União

A Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), estatal criada para cuidar da parcela da União em barris de petróleo da camada pré-sal no regime de partilha, conseguiu vender 85% do que pretendia no 2º Leilão de Petróleo da União, realizado na sexta-feira, em São Paulo. Apesar de ter sido bem melhor sucedido do que na primeira tentativa, em maio, quando nenhuma empresa fez propostas, não houve concorrência entre as habilitadas por nenhum dos lotes ofertados desta vez.

Além de todos os lotes terem recebido ofertas únicas, o ágio máximo oferecido no certame foi de R\$ 1 por metro cúbico, pela Total E&P do Brasil, que levou os 1,1 milhão de barris do campo de Lula que serão entregues por 12 meses. Essa proposta só foi dada depois que o volume total, de 3,2 milhões de barris por 36 meses, não recebeu nenhum interesse. Houve então uma segunda rodada com prazo e volumes menores.

Já a Petrobras, que arrematou os outros dois lotes - e é operadora de todos os campos envolvidos no leilão -, não pagará ágio algum. São mais 11,2 milhões de barris recebidos ao longo de três anos, provenientes da área de desenvolvimento de Mero, do campo de Libra (10,6 milhões de barris), e de Sapinhoá (600 mil barris).

Em todos os lotes, vencia quem ofertasse o maior ágio sobre o preço de referência do petróleo, calculado a partir de valores estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Além da Petrobras e da Total, a Shell Brasil e a Repsol Sinopec participaram do leilão.

Mesmo assim, o governo federal e a PPSA comemoraram o resultado da disputa. **Wellington Moreira Franco, ministro de Minas e Energia (MME)**, revelou que as vendas devem gerar em torno de R\$ 3,26 bilhões à União ao

longo do tempo do contrato, levando em conta o preço de referência da ANP fixado para julho. Mês a mês esse preço será reajustado.

"A metade [desse valor arrecado] vai para a educação e a saúde, e a outra metade irá para um fundo com aplicações do governo na área social", afirmou Moreira.

Sobre a falta de ágios relevantes, o ministro disse que o governo deve estudar meios de aumentar a competitividade. "Temos que sentar e fazer avaliação criteriosa para melhorar cada vez mais o ambiente, o desempenho, a segurança jurídica do contrato", declarou o ministro. "Acho que a competição foi de acordo com a realidade econômica de cada grupo."

Ibsen Flores, presidente da PPSA, afirmou que "certas dificuldades" de logística que envolvem o campo de Lula podem ter pesado na hora das propostas.

"Atualmente o campo é operado com sete plataformas e, em breve, passará a ter oito. Além disso, a única diferença para os outros campos leiloados é que não há contrato de partilha, e sim de concessão. É uma individualização da produção com o consórcio operador", disse, durante entrevista coletiva.

A PPSA espera que as mudanças no modelo de leilão ajudem na venda dos próximos barris a que tem direito. Além dos 2,1 milhões de barris que faltam de Lula, o governo deve passar a receber sua parcela no campo de Tartaruga Verde, na Bacia de Campos, a partir de 2019.

Questionado sobre a possibilidade de discutir outros fins para os barris restantes, dado que o interesse não parece tão alto, Flores ressaltou que a preferência é seguir com leilões, mesmo porque é o modo indicado por lei.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/09/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curta

Mudança na CSN

Clarice Steinbruch, uma das controladoras da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), transferiu por meio de doação dois terços de sua fatia na CFL Participações, que integra o bloco de controle da siderúrgica, para seus dois filhos, Mônica e Paulo Vidiz. Cada um receberá 109,3 milhões de ações da CFL,

com os 109,3 milhões de papéis restantes permanecendo em poder de Clarice. A acionista, porém, terá usufruto vitalício dos direitos econômicos dessa participação. Além dos três, Léo Steinbruch possui 327,8 milhões de ações da CFL e há o mesmo volume em poder do espólio de Fabio Steinbruch. Essa parcela de cada um do capital da CFL (109,3 milhões) corresponde a cerca de 2,2% das ações da CSN. Clarice e Léo são primos de Benjamin Steinbruch, presidente-executivo e do conselho de administração da CSN.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/09/2018

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Política de Trump para renováveis pode afetar exportações brasileiras de etanol

Desde que a Agência de Proteção Ambiental (EPA, na sigla em inglês) dos Estados Unidos, sob o governo de Donald Trump, começou a isentar pequenas refinarias americanas de petróleo da obrigação de usar de biocombustíveis, o cenário para os produtores de etanol turvou-se no país. E, por tabela, trouxe incertezas também para os produtores do Brasil, que no ano passado exportou US\$ 578 milhões em etanol aos americanos.

O etanol brasileiro costuma ter uma espécie de demanda "cativa" nos Estados Unidos por causa do mandato específico da EPA para os biocombustíveis "avançados" - categoria em que se encaixa o etanol de cana - e por causa do programa de combustíveis de baixo carbono da Califórnia (LCFS, na sigla em inglês), que valoriza os biocombustíveis quanto menor for sua emissão de carbono.

Mas ainda que o biocombustível brasileiro tenha algum espaço assegurado no mercado americano, a demanda dos EUA pelo produto e a remuneração das vendas do Brasil podem ser afetadas com as isenções.

Ao venderem etanol aos EUA, as usinas de países produtores geram uma espécie de 'crédito' - os chamados RINs, na sigla em inglês, - de uso de biocombustíveis que as refinarias americanas precisam acumular todo ano para cumprir o mandato de biocombustíveis. Caso falem RINs para garantir o cumprimento, as empresas dos EUA devem comprá-los no mercado.

Do ano passado para cá, quando a EPA começou a conceder isenções às refinarias de forma retroativa para os mandatos de 2016 e 2017, o preço dos RINs desabou para todos os tipos de renováveis.

O valor dos RINs para os biocombustíveis "avançados" - que podem ser gerados pelos exportadores brasileiros de etanol de cana - caíram de US\$ 0,70 por unidade no começo do ano para US\$ 0,20 no início de agosto, mostra análise da S&P Global Platts.

A Agência de Proteção Ambiental americana (EPA) emitiu cerca de 50 isenções para os mandatos de 2016 e 2017, o que aumentou o estoque de RINs para cerca de 3,1 bilhões, mais que o dobro de dois anos atrás, segundo a Associação de Combustíveis Renováveis (RFA) dos EUA.

Indicações mais explícitas por parte do governo americano de modificação do Programa de Combustíveis Renováveis (RFS) também pressionam esse mercado. A desvalorização dos RINs intensificou-se em meados de fevereiro, quando a Casa Branca chamou o setor petroleiro para discutir uma possível reforma do programa. E a pressão sobre os valores dos RINs acentuou-se quando a refinaria Philadelphia Energy Solutions (PES) pediu proteção na Justiça contra credores, culpando o RFS por seus problemas.

Para Sophie Byron, analista de preços agrícolas para as Américas da S&P Global Platts, os produtores brasileiros de etanol ainda estão se beneficiando da remuneração relativamente alta oferecida pelo programa da Califórnia. Entre agosto e setembro, diz, quatro carregamentos de etanol brasileiro devem chegar à Califórnia, mesmo em meio ao baixos preço dos RINs.

Como os preços de etanol no Brasil também estão baixos e o dólar, cada vez mais alto, a exportação ainda é um bom negócio, afirmou a analista ao **Valor**, após apresentação em seminário na última quinta-feira, 23. Mas "com os preços em queda dos RINs e o cenário incerto, fica cada vez mais difícil", disse.

A perspectiva, segundo Byron, é que os RINs permaneçam sob pressão nos próximos meses. Para ela, o receio é de que a EPA inclua no próximo mandato de biocombustíveis para o próximo ano as previsões de isenções que podem ser dadas às refinarias.

"Se a agência ampliar essas isenções para grandes refinarias, isso pode reduzir os volumes obrigatórios [de uso de biocombustíveis]. Se elas não precisarem atingir a meta, isso aumenta a pressão sobre os RINs", avalia.

A pressão sobre as exportações de etanol aumenta se for considerada a queda dos preços do biocombustível no mercado internacional neste ano, em decorrência da oferta maior de milho nos EUA. De janeiro a julho deste ano, o valor das exportações brasileiras de etanol aos EUA somou US\$ 257,8 milhões, recuo de 27% na comparação com igual intervalo de 2017, de acordo com a Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic).

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/09/2018****Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo****Título: Vendas do produto bateram recorde no Brasil em julho**

Os motoristas do país que têm carros flex continuaram a migrar da gasolina para o etanol hidratado no mês de julho. Os preços altos da gasolina aumentaram a competitividade do combustível renovável nas bombas, o que fez as vendas de etanol hidratado baterem recorde para julho, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Com isso, o produto ganhou espaço no mercado de combustíveis.

No mês, as distribuidoras venderam 1,553 bilhão de litros de etanol aos postos, volume 47% superior ao de julho de 2017 e 4,1% mais que o vendido em junho.

Em contrapartida, as vendas de gasolina recuaram 19% em julho ante o mesmo mês do ano passado e alcançaram 2,991 bilhões de litros. A diminuição da demanda pelo combustível fóssil puxou para baixo as vendas dos combustíveis do ciclo Otto (gasolina C e etanol hidratado), que ficaram em 4,08 bilhões de litros (equivalentes a gasolina). Esse volume representou uma queda de 8,32% sobre o mesmo mês de 2017 e de 2,69% em relação a junho, conforme dados compilados pela União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica).

Dessa forma, a participação do etanol hidratado no consumo de combustíveis do ciclo Otto aumentou para 26,66%, de acordo com a Unica. A série histórica indica que esse percentual é o maior já observado desde outubro de 2010 (27,50%).

O Estado onde o etanol teve sua maior participação nas vendas foi São Paulo, com o combustível renovável representando quase metade do ciclo Otto vendido. Foram comercializados no mês 1,17 bilhão de litros de combustíveis, dos quais 779,12 milhões de litros foram do biocombustível e 623,49 milhões de litros de gasolina C (já incorporando o diferencial de rendimento entre ambos os produtos).

Segundo a ANP, o etanol foi vendido em média no país pelo equivalente a 62% do valor da gasolina, abaixo da correlação em que ambos os combustíveis são considerados equivalentes para vários veículos, entre 70% e 75,4%, conforme testes do Instituto Mauá.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/09/2018****Seção: Suplemento - Indústria do alumínio****Autor: De São Paulo****Título: Consumo de importados pode crescer**

A política protecionista do governo Donald Trump ameaça não apenas as exportações do setor de alumínio no Brasil, como pode incentivar a entrada de importados, principalmente da China, num momento em que o consumo nacional volta a crescer.

Ao contrário da indústria de aço, que decidiu pela aplicação de cotas, os produtores de alumínio optaram pela sobretaxa de 10% ao alumínio imposta pelos Estados Unidos. Às siderúrgicas brasileiras foi oferecida uma cota que representa a média de três anos, para produtos de alumínio, o período foi de cinco anos o que poderia fazer as exportações caírem 32% ante o ritmo do primeiro trimestre, de 60 mil toneladas.

O produto mais embarcado é a chapa de alumínio, muito usada nos setores automotivo e de construção. O metal brasileiro responde por menos de 2% das importações americanas, mas representa cerca de 15% das exportações brasileiras do setor, que totalizaram ano passado US\$ 4 bilhões, cerca de 2% dos embarques totais do país em 2017.

"O produto americano se tornou mais caro com essas medidas, o impacto sobre o produto brasileiro deve ser avaliado nos próximos meses, mas os principais danos foram a instabilidade ao mercado e o fato de que o grande exportador, a China, agora terá de buscar mercado", aponta Milton Rego, presidente executivo da Associação Brasileira do Alumínio (Abal). Principais importadores, os americanos reduziram seu mercado, o que levou o metal a ter os preços elevados em todo o mundo e fez com que a taxa fosse absorvida pelas grandes empresas americanas como aumento de custo. A sobretaxa ainda foi aplicada ao Canadá e México, o que também pode amenizar o efeito da medida sobre as exportações brasileiras.

Em junho, foi divulgada uma medida antidumping com taxa de mais de 100%, para proteger os americanos de produtos semimanufaturados chineses. Em dez anos, a produção chinesa do metal cresceu 12 vezes, chegando a 36 milhões de toneladas anuais. São os maiores exportadores. Já os maiores importadores mundiais são os Estados Unidos. "Isso cria a preocupação de saber onde vai parar o alumínio da China, que está procurando mercado. A União Europeia discute também salvaguardas para se defender do alumínio em

excesso. A instabilidade é a tônica do mercado hoje", destaca o executivo da Abal.

No Brasil, esse cenário pode estimular a importação de chapas e folhas de alumínio. Em um mercado com capacidade para 1,5 milhão de toneladas, o país produz cerca de 800 mil toneladas, recicla 400 mil toneladas e importa cerca de 300 mil, número recorde e que pode crescer. Há 30 anos, as importações no Brasil eram residuais. Quanto maior a penetração de produto importado nos bens transformados, mais a cadeia de alumínio fica ameaçado - considerando ainda que o país se tornou, desde 2014, importador de alumínio primário. "Em termos de mercado, a sobretaxa de 10% para os EUA pode impactar a competitividade dos produtos produzidos no Brasil e que são exportados para os EUA. O protecionismo contra a China com medidas antidumping traz o risco de aumentar as exportações de produtos chineses para o Brasil", afirma Ricardo Carvalho, diretor-presidente da CBA.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/09/2018

Seção: Suplemento - Indústria do alumínio

Autor: São Paulo

Título: Consumo de importados pode crescer

A política protecionista do governo Donald Trump ameaça não apenas as exportações do setor de alumínio no Brasil, como pode incentivar a entrada de importados, principalmente da China, num momento em que o consumo nacional volta a crescer.

Ao contrário da indústria de aço, que decidiu pela aplicação de cotas, os produtores de alumínio optaram pela sobretaxa de 10% ao alumínio imposta pelos Estados Unidos. Às siderúrgicas brasileiras foi oferecida uma cota que representa a média de três anos, para produtos de alumínio, o período foi de cinco anos o que poderia fazer as exportações caírem 32% ante o ritmo do primeiro trimestre, de 60 mil toneladas.

O produto mais embarcado é a chapa de alumínio, muito usada nos setores automotivo e de construção. O metal brasileiro responde por menos de 2% das importações americanas, mas representa cerca de 15% das exportações brasileiras do setor, que totalizaram ano passado US\$ 4 bilhões, cerca de 2% dos embarques totais do país em 2017.

"O produto americano se tornou mais caro com essas medidas, o impacto sobre o produto brasileiro deve ser avaliado nos próximos meses, mas os principais

danos foram a instabilidade ao mercado e o fato de que o grande exportador, a China, agora terá de buscar mercado", aponta Milton Rego, presidente executivo da Associação Brasileira do Alumínio (Abal). Principais importadores, os americanos reduziram seu mercado, o que levou o metal a ter os preços elevados em todo o mundo e fez com que a taxa fosse absorvida pelas grandes empresas americanas como aumento de custo. A sobretaxa ainda foi aplicada ao Canadá e México, o que também pode amenizar o efeito da medida sobre as exportações brasileiras.

Em junho, foi divulgada uma medida antidumping com taxa de mais de 100%, para proteger os americanos de produtos semimanufaturados chineses. Em dez anos, a produção chinesa do metal cresceu 12 vezes, chegando a 36 milhões de toneladas anuais. São os maiores exportadores. Já os maiores importadores mundiais são os Estados Unidos. "Isso cria a preocupação de saber onde vai parar o alumínio da China, que está procurando mercado. A União Europeia discute também salvaguardas para se defender do alumínio em excesso. A instabilidade é a tônica do mercado hoje", destaca o executivo da Abal.

No Brasil, esse cenário pode estimular a importação de chapas e folhas de alumínio. Em um mercado com capacidade para 1,5 milhão de toneladas, o país produz cerca de 800 mil toneladas, recicla 400 mil toneladas e importa cerca de 300 mil, número recorde e que pode crescer. Há 30 anos, as importações no Brasil eram residuais. Quanto maior a penetração de produto importado nos bens transformados, mais a cadeia de alumínio fica ameaçada - considerando ainda que o país se tornou, desde 2014, importador de alumínio primário. "Em termos de mercado, a sobretaxa de 10% para os EUA pode impactar a competitividade dos produtos produzidos no Brasil e que são exportados para os EUA. O protecionismo contra a China com medidas antidumping traz o risco de aumentar as exportações de produtos chineses para o Brasil", afirma Ricardo Carvalho, diretor-presidente da CBA.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/09/2018

Seção: Suplemento - Indústria do alumínio

Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo

Título: Energia elétrica cara ainda é o principal obstáculo

O principal obstáculo para o elo inicial da cadeia de alumínio, que desde 1985 não assiste à construção de uma nova unidade produção, está no custo de energia elétrica, que pode alcançar até 50% do orçamento anual. Em dez anos, o peso do custo de energia elétrica adquirida na produção de alumínio primário

pulou de 43% para 70%. A média internacional está em 40%. Nos últimos anos, o país perdeu cerca de 700 mil toneladas de alumínio primário e se tornou importador líquido do metal, mesmo sendo detentor de grandes reservas de alumina e bauxita.

"O custo da energia para a indústria eletrointensiva pode alcançar cerca de 50% do orçamento anual. A Hydro vem avaliando perspectivas de uso de gás natural a partir de estrutura que será desenvolvida próxima ao porto de Vila do Conde, no Pará", diz Anderson Baranov, vice-presidente de relações governamentais da Hydro.

"O escalonamento dos preços de energia nos últimos anos e a quantidade de encargos não apenas dificultam novos investimentos como as perspectivas de retomada da produção de alumínio no Brasil. Por ser uma indústria que consome intensivamente energia, a competitividade neste mercado é determinada pela posição na curva de custos, e energia corresponde a grande parte dos custos relacionados à produção de alumínio", analisa Otavio Carvalheira, presidente da Alcoa Brasil.

Um dos problemas tem sido o aumento de encargos. Em 2001, os encargos setoriais e de transmissão eram de 13%. Hoje superam 26%. Subsidiaram desde energia renovável à queda das tarifas promovida em 2012 com a renovação de concessões de transmissoras e geradoras. Um dos principais é a Conta de Desenvolvimento Energética (CDE), criada em 2002 para promover o desenvolvimento de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional nas áreas atendidas pelos sistemas interligados.

A partir de 2013, a CDE passou a assumir outros objetivos, como o de permitir a amortização de operações financeiras vinculadas à indenização por ocasião da reversão de concessões de energia elétrica e o de atender a finalidade de modicidade tarifária. Segundo previsão do governo, a CDE deverá arrecadar nesse ano R\$ 18 bilhões, aumento de 30,8% na previsão do custo das cotas anuais.

O consumo de energia elétrica na produção de alumínio é tão intenso, que coloca o município de Alumínio como o segundo maior consumidor de energia do Estado de São Paulo, atrás apenas da capital paulista. "A gestão do consumo de energia elétrica é estratégica para minimizar os impactos ambientais das operações e reduzir custos", diz o diretor-presidente da CBA, Ricardo Carvalho.

Toda a energia utilizada na produção da CBA vem de suas hidrelétricas, suprimindo 100% da demanda em Alumínio. A empresa possui 20 usinas hidrelétricas em sua matriz energética - 11 são próprias, ligadas diretamente à fábrica, que

formam o Complexo Juquiá-Sorocaba, e outras nove também são próprias ou a empresa detém participação societária - e são interligadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN). "A capacidade instalada de nossas usinas hidrelétricas é suficiente para suprir 100% da demanda nessa unidade industrial", destaca Carvalho.

A conta de luz poderá ser ainda mais pressionada. Estima-se um aumento de R\$ 7 bilhões para a viabilização da privatização das seis distribuidoras que estão sob controle da Eletrobras, que por sua vez trabalhava no início do ano em um projeto de capitalização, com diluição de ações para o mercado e redução da participação da União. A ideia não avançou no Congresso. O próximo presidente da República poderá ter de decidir se irá levar adiante a ideia ou até se a empresa precisará de uma injeção de capital. "Isso pode levar a aumento do custo e repartição entre todos os consumidores", afirma um especialista.

Outro impasse jurídico que pode criar custos extras se refere à renovação das geradoras, como a Cesp, que não aceitaram o regime de cotas instituído pela lei 12.783, oriunda da MP 579, divulgada pelo governo federal em setembro de 2012. Na devolução dos ativos ao governo federal, uma das hidrelétricas da empresa, Três Irmãos, teve R\$ 1,7 bilhão como valor a ser indenizado pela União. A empresa contesta. Alega que são R\$ 6,7 bilhões. Em breve, deverá ser feita avaliação com um perito sobre o assunto, que está na esfera judicial. Uma decisão poderá ser dada pela Justiça ainda nesse primeiro semestre. Há incertezas de como será feito o pagamento pelo governo federal, caso a ação seja ganha, diante da crise fiscal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/09/2018

Seção: Suplemento - Indústria do alumínio

Autor: Roberto Rockmann | De São Paulo

Título: Setor acompanha regulação de gás

Os empresários do setor acompanham de perto a tramitação no Congresso do projeto de lei 6407, que contém medidas discutidas no projeto Gás para Crescer, que reuniu diversos elos da cadeia com o objetivo de colocar em prática regulação que incentive a desverticalização do setor diante do plano de desinvestimento da Petrobras. O insumo poderia ampliar o leque de opções para a indústria de alumínio.

O projeto enfrenta resistências para ser aprovado, enquanto ainda existem arestas sobre a desregulação. "O gás pode ser uma fonte importante para a produção de manufaturados e alumina, mas ainda falta o direito de livre acesso

à malha de gasodutos e o mercado livre de gás natural não existe de fato no país", afirma Milton Rego, presidente executivo da Associação Brasileira do Alumínio (Abal).

No Congresso, bancadas de Estados e distribuidoras de gás são contrárias à ideia de que seja criada uma regulação federal que estipule alguns critérios únicos para incentivar o mercado livre, como consumo mínimo para se tornar consumidor livre de gás, já que cada Estado arbitra um número. Isso seria competência dos próprios Estados e das empresas que distribuem o gás e têm mais conhecimento do mercado.

As distribuidoras apontam que o maior problema para os grandes consumidores está na ausência de ofertantes de gás natural e na falta de livre acesso à malha de transporte, o que exigiria uma regulação para essa abertura. A Petrobras é a grande produtora do insumo no país e a principal carregadora, em um momento em que o setor discute a renegociação do acordo com a Bolívia, responsável por 30 milhões de metros cúbicos diários.

Uma das barreiras, segundo os grandes consumidores, é a falta de regulamentação do mercado livre: atualmente apenas doze Estados possuem a regulamentação do mercado livre de energia. Não existem grandes consumidores industriais de gás livres, realidade oposta à do setor elétrico. Outros com grande importância como, por exemplo, a Bahia, quarto maior consumo industrial do país, ainda não regulamentaram a figura consumidor livre.

Os mesmos Estados que não têm regulamentação do mercado livre não regulamentaram o livre acesso a todos os agentes (consumidores livres, produtores, autoprodutores, autoimportadores) mediante o pagamento de tarifas de uso. Isso impede o acesso de pequenos produtores ao mercado.

Mesmo nos Estados em que há regulação, existem indefinições. Em Pernambuco, o consumo mínimo exigido é 500.000 m³/dia, mas o maior consumidor estadual consome pouco mais de 100 mil metros cúbicos diários. No Rio de Janeiro, a margem de distribuição é igual para o consumidor cativo e o livre, e o livre ainda pode ter de lidar com quatro contratos, comercializador, distribuidor, transportador e o próprio gás. Em São Paulo, o consumidor livre pode adquirir o gás apenas do comercializador.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/09/2018****Seção: Suplemento - Indústria do alumínio****Autor: Jacilio Saraiva | Para o Valor, de São Paulo****Título: Turbina e painel solar ampliam oportunidades**

A indústria de alumínio encontrou um porto seguro no mercado de energias renováveis, em crescimento no Brasil. Parte das estruturas das turbinas eólicas e das placas de captação de energia solar é feita com o material. Dados da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) indicam que o Brasil atingiu, em 2018, a marca de 518 parques eólicos, com mais de 6,6 mil aerogeradores. Até 2023, mais 213 complexos produtores de energia devem ser entregues.

Dependendo dos modelos dos equipamentos, estima-se que a economia na produção de uma turbina que usa o alumínio pode chegar a 50%, em comparação a estruturas que levam mais aço e cobre. Especialistas afirmam que o insumo deve ganhar mais espaço no segmento, por conta da maior durabilidade e resistência à corrosão, frente a outros materiais. Além disso, a leveza do recurso é considerada uma vantagem durante as etapas de montagem e manutenção dos aerogeradores. A maioria das torres em uso tem de 90 a 120 metros de altura e pesa 600 toneladas.

Fernando Varella, diretor do negócio de produtos transformados da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), que produz estruturas para o mercado de energia solar desde 2016, diz que o alumínio é o metal mais recomendado para a fabricação dos módulos fotovoltaicos. "Além de atender a necessidade de usar compostos resistentes e leves na produção, ele pode ser moldado em diversas formas", afirma.

No início de 2017, a CBA inaugurou um centro de soluções e serviços na fábrica de Alumínio (SP), município a 74 quilômetros da capital. A unidade produz frames em alumínio ou "kits" prontos para a montagem dos painéis fotovoltaicos, que contam com molduras inteiramente feitas com o material.

A capacidade de produção instalada é de 2,2 milhões de kits de painéis ao ano, volume que atende à demanda prevista, segundo Varella. O local reúne a fabricação de alumínio primário (lingotes, vergalhões e ligas), além de itens transformados, como chapas e folhas. O alumínio utilizado vem de uma operação integrada da CBA, que inclui a extração da bauxita em Goiás e Minas Gerais. A bauxita é matéria-prima para a produção do alumínio.

Segundo o executivo, a entrega dos painéis solares acompanha as nuances do mercado de energia limpa, ainda recente e sazonal. A venda para os fabricantes do ramo chegou a atingir um pico de 3,5%, entre todos os produtos transformados pela empresa, em 2017, mas a tendência ainda é de crescimento. Haverá demanda para projetos de energia distribuída, que inclui o autoconsumo, fazendas solares e geração compartilhada, diz. "Hoje, a energia fotovoltaica representa aproximadamente 1% da matriz energética brasileira, mas estima-se que esse percentual suba para 5%, em 2026."

No setor de energia eólica, a cadeia produtiva local ganha tração com a inauguração de operações bancadas por multinacionais que fabricam as turbinas, como a dinamarquesa Vestas e a Nordex Acciona, de origem alemã.

Em julho, a Nordex anunciou a duplicação da capacidade de produção da unidade fabril que mantém no Piauí para fornecer turbinas à Enel Green Power. O contrato de fornecimento inclui 191 aerogeradores e é considerado o maior para um só projeto, já assinado pela companhia, em âmbito global. Já a Vestas, que tem planta no Ceará, também recebeu uma encomenda da Gestamp Eólica Brasil para 21 turbinas, que serão utilizadas em dois parques no Rio Grande do Norte.

Joseph Saab Jr., coordenador do curso de engenharia mecânica do Instituto Mauá de Tecnologia, explica que o alumínio é empregado nas pás dos geradores eólicos desde o início do desenvolvimento dos equipamentos, nos anos 1970, mas é preciso que os fornecedores do metal aproveitem melhor as oportunidades do mercado. "Atualmente, as pás são feitas de compósitos, em especial fibra de vidro; enquanto as torres, em geral, levam mais aço."

De acordo com um estudo que analisou cinco aerogeradores médios e grandes, destacado pelo especialista, o alumínio aparece em quantidades muito pequenas nas torres, nos sistemas auxiliares e na nacelle, estrutura que cobre o gerador de energia. "Em turbinas eólicas modernas, o emprego do alumínio nesses três itens, somados, é inferior a 1%, em massa."

Por outro lado, diz Saab, o alumínio apresenta uma grande vantagem sobre o aço na fabricação de peças em que é necessário reduzir o peso total. A massa do aço é da ordem de 7,8 toneladas por metro cúbico, ante 2,3 toneladas do alumínio. "Por essa razão, o alumínio também está entre as escolhas das indústrias aeronáutica, automotiva e de embalagens."

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/09/2018****Seção: Suplemento - Indústria do alumínio****Autor: Juan Garrido | Para o Valor, de São Paulo****Título: Depois da recessão, alumina dá sinais de recuperação**

Após três anos de recessão começam a aparecer sinais de uma gradativa recuperação do segmento de alumina (óxido de alumínio), produto extraído da bauxita por processo químico. Segundo Luiz Jorge Pinheiro Leal Nunes, diretor do negócio de produtos primários da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) - ligada ao grupo Votorantim -, em 2018 houve um pequeno aumento de demanda por alumina nos segmentos de tratamento de água, de abrasivos, cerâmicas e vidro. "Em relação à bauxita, mantivemos a destinação para consumo próprio."

O Brasil possui uma das maiores reservas de bauxita do mundo. E, diferentemente de outras cadeias minerais metálicas, a maior parte da produção - algo como 75% - é destinada à transformação para consumo doméstico de alumina, alumínio primário, produtos semimanufaturados e manufaturados. Nunes afirma que para 2018 a previsão de produção própria de alumina na CBA é de 700 mil toneladas e 1,2 milhão de toneladas de bauxita - além da aquisição de outras 660 mil toneladas do minério. Ele explica que a bauxita processada na fábrica integrada da companhia no município de Alumínio (SP) é proveniente de três unidades próprias de mineração, localizadas em Minas Gerais, e de uma mina fornecedora de Barro Alto (GO). "Também em Barro Alto possuímos uma mina própria em processo de licenciamento", diz, acrescentando que na planta paulista a CBA produz tanto a alumina quanto o alumínio líquido.

Os novos investimentos da CBA na área de alumina e mineração de bauxita para os próximos cinco anos devem alcançar R\$ 600 milhões em iniciativas de eficiência e preservação ambiental. É o caso do Projeto Filtro Prensa, cujo objetivo é evitar a construção de uma nova barragem na fábrica paulista por meio da disposição de resíduos a seco. "Como consequência, recuperamos água e soda cáustica para o processo produtivo", afirma o executivo.

De seu lado, John Thuestad, vice-presidente executivo da Norsk Hydro, revela que no segmento de mineração de bauxita e no de alumina, a companhia está investindo mais de R\$ 10 bilhões no país e gerando compras anuais dos fornecedores da ordem de R\$ 920 milhões. A norueguesa Hydro é uma empresa global de alumínio com produção, vendas e atividades comerciais em toda a cadeia produtiva, desde a lavra de bauxita, refino de alumina, geração de

energia até a produção de alumínio primário, produtos laminados, extrudados e reciclagem.

Maior parte da produção de bauxita é destinada à transformação para consumo doméstico

No Estado do Pará a partir de 2011 a companhia se tornou majoritária nas operações da mina de bauxita da Hydro Paragominas - considerada a maior refinaria de alumina do mundo -, da Hydro Alunorte, e também da Albras (fábrica de alumínio primário), ambas localizadas em Barcarena. No caso da bauxita e da alumina, Thuestad comenta que a Hydro investiu primordialmente em segurança das operações e melhoria da produtividade. Ao lado disso, a multinacional vem investindo mais de R\$ 1,5 bilhão em novas tecnologias consideradas estado da arte de depósitos de rejeito sólido, tanto em Paragominas quanto na Alunorte, aumentando o nível de segurança dos mesmos. "Também estamos reduzindo a área necessária para armazenamento e, conseqüentemente, a pegada ambiental."

Thuestad afirma que os segmentos de bauxita e alumina são bastante relevantes para a Hydro já que representam o início de toda a cadeia de alumínio. "Por isso, a média de investimentos do grupo Hydro como um todo tende a crescer nos próximos anos, especialmente no desenvolvimento dessas duas áreas no Brasil."

A americana Alcoa, por sua vez, atua no Brasil desde 1965 em toda a cadeia produtiva do metal, desde a mineração da bauxita até a produção de pó de alumínio e químicos. Em 2017 a companhia, que mantém operações produtivas em Minas Gerais, Maranhão e Pará, produziu 8,5 milhões de toneladas de bauxita e 2,12 milhões de toneladas de alumina.

Sobre a debatida questão regulatória, a diretora de relações governamentais da Alcoa, Janaina Donas, entende que muitas das mudanças promovidas no novo Código de Mineração - bem como a criação da Agência Nacional de Mineração (ANM) - são positivas, uma vez que se buscou a atualização de uma legislação editada há mais de 50 anos, e que carecia de adequação à nova realidade econômica e social do país.

"Mas ainda é preciso endereçar soluções para temas que são fundamentais à manutenção da competitividade do setor, como a necessidade de um tratamento que não penalize aquelas empresas que investiram na área de transformação", diz ela.

Janaina salienta ainda que no ano passado a Alcoa realizou um processo de revisão de seus objetivos estratégicos, com destaque para a questão da

sustentabilidade. Segundo ela, as principais premissas que norteiam as ações são a geração de valor compartilhado para comunidades onde a empresa está presente e a redução dos impactos das operações. "Estamos buscando diálogo transparente e regular com as comunidades, governos, mídias e outras partes interessadas para assegurar uma compreensão mútua das questões e oportunidades em cada região onde atuamos."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/09/2018

Seção: Suplemento - Indústria do alumínio

Autor: Martha Funke | Para o Valor, de São Paulo

Título: Setor busca mais produtividade com conceito 4.0

A indústria do alumínio avança na adoção de conceitos e tecnologias em busca de maior produtividade. Segundo Rafael Henrique Rodrigues Moreira, secretário de inovação e novos negócios do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), o setor é um dos que mais está sendo afetado, direta ou indiretamente, pela indústria 4.0, com adoção de sistemas ciberfísicos para conectar máquinas entre si e sistemas de gestão e de tecnologias como internet das coisas (IoT), inteligência artificial, robótica e impressão 3D.

Dados do estudo realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) para formatação da política brasileira para a indústria 4.0 apontam que segmentos como metalurgia e mineração estão entre os de adoção mediana das novas tecnologias. Um dos indicadores utilizados é a proporção entre robôs e funcionários. A média brasileira é de dez máquinas para cada 10 mil empregados, mas a cadeia do alumínio é estimulada por segmentos como a indústria automobilística, com o dobro disso, aeronáutica e eletroeletrônica.

"As fábricas já empregam tecnologias como IoT, máquinas interconectadas, armazenagem de dados na nuvem e correções preditivas sem interferência", observa Moreira. A Autometal é um dos exemplos. Especialista na produção de peças e acessórios para a indústria automobilística e responsável por participação de mercado de até 90% em commodities como bagageiros de alumínio, apostou na tecnologia para ganhar competitividade quando percebeu que começava a perder espaço para a concorrência, ainda em 2013.

Depois de identificar entre as 90 plantas do grupo ao redor do mundo quais eram as tecnologias, processos e sistemas comuns entre as mais modernas e produtivas, a adoção das novas tecnologias começou pelas commodities de alumínio mais complexas, com diferentes linhas produtivas chegando à montagem e muitos componentes e processos, diz Moreira. "O alumínio é a

principal matéria-prima da planta de Diadema e a demanda cresce com a tendência de substituição de outros materiais pela indústria automotiva", diz.

O primeiro passo foi a digitalização da fábrica com sistema de PLM (gestão do ciclo de vida do produto, na sigla em inglês) da Siemens, para obtenção de dados confiáveis, gerenciáveis e preditivos. A manufatura foi enriquecida com iniciativas como a adoção de robôs da Yasawa, que aumentaram em 70% a produtividade da usinagem das peças de alumínio na linha de bagageiros, e apoio à manufatura com impressão em 3D de peças de reposição de maquinário, por exemplo.

Os fornecedores da indústria se empenham em adotar conceitos 4.0 para enriquecer suas ofertas. Segundo Paula Reichert, diretora de vendas da californiana Osisoft, criadora do software de inteligência operacional PI System, a indústria de alumínio está longe de ser vanguardista no quesito tecnologia, mas empresas como CBA e Hydro empregam a solução em diferentes níveis.

"O sistema agrega uma camada extra de inteligência para reunir e fazer cruzamentos de informações da operação", explica ela. No caso da CBA, o sistema apoiou a tecnologia IoT para monitorar o consumo, mapear o processo e reduzir em 60% o consumo de água, com economia de quase R\$ 1 milhão anual em água e produtos químicos de tratamento.

Os equipamentos também ganham mais inteligência com os conceitos 4.0. A Termica Solutions agregou camadas de comunicação 4G, wi-fi ou LAN aos fornos de fundição para entregar dados gerenciais diretamente aos responsáveis pelo processo, pela manutenção das máquinas e pela gestão da linha. Entre eles, informações on-line sobre custo da operação ou por lote de produto, número de lotes no mês e tempo de operação, com interface para integração em sistemas de gestão de negócios (ERP) e de produção (MES). "Equipamentos desconectados deixam essas informações escondidas", diz o diretor da empresa, Claudio Henrique Goldbach. O próximo passo é o desenvolvimento de fornos autônomos.

A indústria do aço foi a primeira a aderir aos produtos. "A adoção do alumínio é mais lenta", diz Goldbach. "A indústria sofreu com a desaceleração da indústria automotiva nos últimos anos", acrescenta Fabricio Schneider, supervisor comercial da fabricante de fornos para fundição da Jung. A empresa criou fornos de espera para alumínio que, além de isolamento de alta eficiência, oferece comunicação com as demais máquinas da linha de produção para transmitir parâmetros de temperatura e disparar alarmes para solicitar intervenção do operador em caso de inconformidade.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/09/2018****Seção: Suplemento - Indústria do alumínio****Autor: Martha Funke | De São Paulo****Título: Grupos apostam em novas tecnologias**

CBA e Hydro apostam em conceitos de indústria 4.0 em busca de competitividade operacional, inovação e sustentabilidade. A CBA, além de fomentar novas habilidades e competências junto aos empregados, investiu em infraestrutura digital e de segurança de dados e em projetos de transformação digital, tanto na frente industrial quanto na geração de valor com clientes, detalha o diretor do negócio de produtos transformados Fernando Varella.

As tecnologias envolvidas vão de sensorização de alta frequência a internet industrial das coisas (IIoT) e manufatura aditiva. Um exemplo é a criação da capacidade de diálogo em tempo real com processos de tratamento térmico, por meio de sensores inteligentes, e a geração de big data industrial com integração desses processos com os demais, criando um macro-processo metalúrgico que permite gerar um ciclo contínuo de aprendizado humano e de máquina (machine learning), diz Varella.

Outros exemplos são o uso de realidade aumentada em processos de co-engenharia de produtos com clientes e em atividades fabris, como em manutenção assistida, e iniciativas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e prototipagem rápida com impressão 3D - até em alumínio, opção em desenvolvimento pioneiro no país.

"O uso de tecnologias de manufatura aditiva em prototipagem rápida nos fez reduzir o time to market em até quatro vezes", diz o executivo. Ele destaca ainda a aplicação de lógica fuzzy, ferramenta de controle avançado do processo que permite a sistemas, softwares e controladores "aprenderem" como operadores e técnicos atuam e otimizar a atividade. "Conseguimos reduzir a variabilidade de novos processos, ganhando produtividade, energia e qualidade", diz.

Na Norsk Hydro, a indústria 4.0 é um dos pilares para a digitalização. Na unidade de bauxita e alumina, no Pará, da qual fazem parte a Mineração Paragominas e a Alunorte, o escritório digital corporativo atua em sinergia com times locais de automação e tecnologia da informação (TI), diz o diretor de tecnologia da área, Raphael Costa.

Entre as tecnologias 4.0, ele cita sensores e monitoramento em sistema anti fadiga em caminhões e transporte do mapa geológico da mina para dentro dos tratores de preparação do terreno; IoT com conexão da tecnologia operacional, que inclui automação, a ferramentas digitais; e desenvolvimento do conceito de gêmeo digital, com reprodução, na nuvem, de modelos matemáticos da planta industrial com dados reais para simular situações futuras. Também está em desenvolvimento emprego de mineração de dados (data mining) para estudar com mais profundidades dados da operação para apoio à manutenção.

Um dos exemplos de evolução no emprego da tecnologia é a união de três camadas de análises de dados e processamento - a camada de processamento dos equipamentos na operação de automação industrial (edge computing), a de processamento local com informações da camada anterior (fog computing, empregando sistema Osi) e a camada de nuvem, com Azure, da Microsoft.

Outras tecnologias em fase de adoção é o uso de sensores inteligentes em equipamentos para predição de falhas, rastreamento de caminhões por rádio frequência (RFID) e portais de controle, relés inteligentes em subestações de distribuição de energia e digitalização de processos de gestão, como reuniões diárias de gestão da rotina nas plantas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/09/2018

Seção: Suplemento - Indústria do alumínio

Autor: Daniela Rocha | Para o Valor, de São Paulo

Título: Preço deve se manter volátil no curto prazo

O preço do alumínio deverá prosseguir volátil com leve tendência de queda no curto prazo, de acordo com analistas que acompanham commodities metálicas. Na Bolsa de Metais de Londres (LME, na sigla em inglês), a cotação média da tonelada era de US\$ 2.214 em janeiro e veio oscilando até a faixa de US\$ 2.030 em agosto. As variações vêm na esteira das tensões no comércio global.

Preocupado com a perda de participação indústria local de alumínio, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, promulgou em março a sobretaxa de 10% aplicada ao produto importado, com impacto sobre toda a cadeia global desta commodity. "Em um primeiro momento, o efeito esperado é de um aumento de preços no mercado americano e um direcionamento da produção chinesa para outras praças, fazendo com que os preços fora dos Estados Unidos caiam", afirma Luiz André Barreta, analista da E2 Economia e Estratégia.

De acordo com Felipe Beraldi, economista e analista setorial da Tendências Consultoria Integrada, além da onda de protecionismo, a perspectiva de que a economia chinesa engate um processo de desaceleração é outro aspecto que impacta esse mercado. Em 2017, o PIB chinês avançou 6,9%, porém, este ano, o crescimento deve ser menor, na faixa de 6,5%, segundo projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI), reduzindo a demanda. "A China é responsável por cerca de 55% da produção mundial de alumínio e seu consumo tem peso parecido", comenta Beraldi.

Uma visão mais clara dos efeitos da sobretaxa americana e uma avaliação sobre a capacidade de outros mercados absorverem o remanejamento do alumínio chinês somente será possível no final deste ano ou início de 2019, conforme Ricardo Marques, sócio-diretor da KPMG e líder para o setor de mineração. A Europa Ocidental pode receber uma parte. "Hoje a Europa Ocidental é deficitária, tem mais demanda do que produção local", diz Marques.

O CFO da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), Luciano Alves, também avalia que o mercado de metais como um todo continuará bastante turbulento até o final do ano. "Há grande volatilidade decorrente de disputas comerciais como as medidas antidumping, tarifas e sanções em diversos países", diz. Segundo ele, atualmente o cenário é desafiador, pois observa-se também um aumento nos preços das principais matérias-primas e insumos da indústria de alumínio como no mundo. Contudo, ele ressalta que os estoques mundiais de alumínio vêm caindo.

Assim, no médio prazo, conforme os analistas, há espaço para altas no preço, uma vez que os estoques baixos indicam um balanço entre a oferta e a demanda global da commodity relativamente apertado. Ricardo Marques da KPMG ressalta ainda que o aumento das aplicações do alumínio nos segmentos de transporte, veículos, construção civil e em componentes da indústria eletroeletrônica sustentarão a tendência de alta na cotação do alumínio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/09/2018

Seção: Suplemento - Indústria do alumínio

Autor: Rosangela Capozoli | Para o Valor, de São Paulo

Título: Produção verde e inteligente tem destaque na ExpoAlumínio 2018

O sucesso do projeto piloto de uma fábrica de alumínio na Noruega, construída pelo grupo multinacional Hydro, será destaque na abertura da ExpoAlumínio 2018, que acontece em São Paulo. Trata-se de um projeto de tecnologia "verde, inteligente e inovador", com capacidade instalada de 75 mil toneladas por ano e

que traz na sua implantação dois avanços fundamentais na fabricação do alumínio. A inovação permitirá à planta um consumo 15% menor de energia e a pegada de carbono mais baixa do mundo. A unidade produzirá o alumínio mais eficiente globalmente em termos de clima e energia, dentro dos preceitos da indústria 4.0.

"A ExpoAlumínio 2018 é uma vitrine tecnológica e palco de inovação, experiência e conteúdo destinada a toda cadeia do alumínio, com soluções integradas, desde a exploração da bauxita até a reciclagem do metal", diz Milton Rego, presidente da Associação Brasileira do Alumínio (Abal).

Instalado na comuna norueguesa de Karmoy, em agosto de 2017, o projeto da Hydro iniciou a produção em escala industrial da unidade em janeiro. No Brasil, a planta será o tema da primeira das 70 horas de uma rodada de palestras, de conteúdo técnico e de mercado, programadas durante a ExpoAlumínio 2018 - Exposição Internacional do Alumínio, que ocorre entre os dias 3 a 5 de setembro. A palestrante será Kirstine Veitch, consultora norueguesa da Metal Bulletin. "Ela não só trará a experiência do que está funcionando na Europa, mas também a visão de como as indústrias do alumínio pretendem incorporar essas tecnologias e quais são os planos para o Brasil", adianta Kaísa Machado, gerente técnica da Abal.

Temas atuais e futuristas como economia circular, reciclagem, redução de impactos ambientais também estarão em pauta, assim como análises do ciclo de vida do alumínio, que serão debatidos por especialistas da indústria e do mercado, representantes de órgãos governamentais, consultorias e instituições de ensino.

Em uma área de 10 mil metros quadrados estarão distribuídas cerca de 140 expositores entre marcas nacionais e internacionais, como a Metal Bulletin, CRU, Deloitte, Mintel, Euromonitor, Ford, GM, Volkswagen, Mercedes-Benz, Embraer, Nespresso, entre outros. "A expectativa é que a feira receba mais de 10 mil visitantes e o volume de negócios fechados seja, pelo menos 20% superior aos mais de R\$ 50 milhões registrados em 2016, puxado pela indústria automobilística", estima Leandro Lara, diretor da ExpoAlumínio 2018.

Segundo Lara, o evento tem papel fundamental para a indústria automobilística por conectar fornecedores de toda a cadeia produtiva do alumínio ao setor automotivo e de transportes. "Devido às suas múltiplas aplicações e eficiência, o alumínio é um produto em crescente demanda na indústria de mobilidade", afirma. Ele cita um estudo feito pelo Centro para Recuperação e Reciclagem de Recursos do Instituto Politécnico de Worcester (WPI), em Massachusetts, nos Estados Unidos, que constatou que 91% do alumínio presente nos automóveis descartados no país são reciclados. "O metal reciclado entra em um novo ciclo

de vida na forma de rodas, para-choques e motores", diz Leandro Lara, diretor da ExpoAlumínio 2018.

O crescimento da demanda de alumínio por parte das montadoras, no Brasil, ressalta o presidente da Abal, Milton Rego, gera otimismo quanto à implementação de uma cadeia sustentável de produção do metal para o setor automotivo, com eficiência semelhante ou superior ao dos Estados Unidos. "O uso do alumínio permite reduzir em mais de 400 kg o peso de um carro de tamanho médio. Com um veículo mais leve, há uma economia significativa de combustível, além de emitir menos poluentes e causar um menor desgaste de pneus e peças", diz o diretor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/09/2018

Seção: Suplemento - Indústria do alumínio

Autor: Domingos Zapparoli | Para o Valor, de São Paulo

Título: Vendas para cadeia automotiva crescem

No primeiro semestre de 2018 as vendas de alumínio para o setor de transportes aumentaram 10% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo dados da Associação Brasileira do Alumínio (Abal). O desempenho está vinculado à produção da indústria automobilística, que cresceu em 13,6% no período. No ano passado, o setor de transportes comprou 208,7 mil toneladas de alumínio, 16,5% do consumo nacional do metal transformado. Por volta de 80% das vendas foram destinadas à indústria automotiva.

A principal comercialização no segmento de transportes é feita por meio de metal fundido e forjado - 142,7 mil toneladas em 2017. As aplicações, nesse caso, são voltadas à produção de blocos e cabeçotes de motores, itens de suspensão e rodas. A expectativa entre os produtores é que o alumínio conquiste novos usos na indústria automobilística nacional nos próximos anos, proporcionando uma expansão significativa nos negócios. "Essa é a realidade na indústria automotiva japonesa, americana e europeia; no Brasil estamos uma década atrasados", diz Milton Rego, presidente executivo da Abal.

Enquanto nos EUA e Europa o consumo médio de alumínio na produção de um automóvel é 150 kg, com previsão de crescimento para 180 kg em 2020 e 250 kg até 2025, no Brasil o mesmo automóvel usa entre 70 e 80 kg.

Milton Rego diz que o alumínio nesses países está substituindo o aço em várias autopeças, como radiadores, compressores de ar condicionado, para-choques, portas, capôs, tetos, no conjunto estrutural do veículo e componentes do

chassi. "É um material mais leve, o que proporciona economia de combustível. O alumínio também absorve melhor os choques, gerando segurança ao usuário", afirma.

De acordo com as estimativas dos fabricantes, peças fabricadas em alumínio são 50% mais leves do que as equivalentes em aço e cada 10% de redução de peso nos veículos permite uma economia entre 5% e 7% de combustível, reduzindo a emissão de dióxido de carbono na atmosfera. Calcula-se que, em média, cada quilo de alumínio, aplicado em substituição a um material pesado, pode evitar a emissão de até 20 kg de CO₂ durante a vida útil de um automóvel e entre 40 kg a 45 kg de CO₂, de um ônibus.

O material também é 30% mais resistente que o aço e sua vida útil é maior, gerando menor demanda de manutenção. O potencial de reciclagem da sucata, quando o veículo é descartado, é maior. No entanto, o quilo do alumínio é até três vezes mais caro do que o do aço, o que aumenta o preço inicial do veículo e desestimula a troca de material pelas montadoras.

"No exterior, a expansão do uso do alumínio foi resultado de legislações rigorosas em relação a emissão de gases de efeito-estufa veicular, o que levou a busca de materiais mais leves e eficientes. No Brasil, não há esse estímulo. Sem ele, não avançamos", diz Augusto Nogueira, vice-presidente comercial da Novelis para a América do Sul.

Uma resolução adotada em janeiro pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran), porém, pode impulsionar os negócios a partir de 2020, quando os veículos inéditos terão que passar por testes de impacto lateral para ter sua comercialização autorizada no país, sendo que a exigência será estendida para todos os carros novos produzidos a partir de 2023. Hoje os veículos só precisam comprovar que passam em testes de impacto traseiro e dianteiro.

"As novas exigências devem causar uma mudança significativa no projeto e especificações dos materiais aplicados na carroceria dos veículos, o que irá beneficiar o uso do alumínio, como já ocorreu nos países onde estes testes são exigidos", diz Ricardo Carvalho, diretor-presidente da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA). Ele diz que a companhia já se prepara para uma expansão do alumínio no setor automotivo, com o desenvolvimento de novas ligas que conferem mais resistência e leveza ao metal, além de uso de tecnologias digitais para desenvolver novos produtos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/09/2018****Seção: Suplemento - Indústria do alumínio****Autor: Domingos Zapparoli | De São Paulo****Título: Motor mais leve reduz consumo de combustível em 21%**

A Renault abastece com alumínio importado dos Estados Unidos sua fábrica de blocos e cabeçotes de motor inaugurada em março, em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba (PR), enquanto escolhe um produtor brasileiro. "Estamos em processo de desenvolvimento de um painel de fornecedores locais", diz Carlos Martin, diretor de fabricação de motores da montadora. Ainda não há previsão de quando será realizada a troca do material importado pelo produto nacional.

A nova fábrica paranaense foi batizada de Curitiba Injeção de Alumínio (CIA). Em 2018 irá produzir 100 mil blocos de motor e 100 mil cabeçotes do 1.6 SCe (Smart Control Efficiency), os motores que equipam veículos da marca como o Sandero, Logan, Duster, Kwid e Captur. Para essa produção, a montadora irá demandar quatro mil toneladas de alumínio fundido.

A projeção da Renault é que essa demanda por alumínio aumente progressivamente, mais que dobrando até 2021, quando a fábrica deve atingir a ocupação total de sua capacidade instalada, programada para 250 mil blocos e 250 mil cabeçotes de motor por ano.

Antes de a nova fábrica entrar em operação, os blocos e cabeçotes eram importados do Japão. A CIA é resultado de um investimento de R\$ 350 milhões. É classificada pelas montadoras que formam a aliança Renault- Nissan - Mitsubishi como a fábrica mais moderna de injeção de alumínio do grupo no mundo e é a única linha de injeção de cabeçote entre todas as subsidiárias da Renault.

"Buscamos o que há de melhor em tecnologia de injeção de alumínio no mundo, com equipamentos -165 no total - de vários países, como Alemanha, Japão, Espanha e Coreia", diz Martin. Entre as inovações da CIA na produção dos blocos de motor está um processo de lubrificação que proporciona uma grande redução do uso de óleo. São utilizados 22 mililitros por peça, em comparação a até 12 litros utilizados em métodos de produção tradicionais.

A injeção do alumínio no bloco é feita de forma totalmente robotizada, a uma velocidade de 200 km/h, com pressão de 900 bar, próxima à encontrada nos pontos mais profundos dos oceanos. A injetora tem produtividade 15% maior

que a de máquinas de geração anterior. O processo de produção do cabeçote é inorgânico, ou seja, isento de fumos e emissões de carbono. A CIA utiliza uma injetora cerca de 30% mais compacta e com produtividade 20% maior do que os equipamentos tradicionais.

A Renault brasileira adota os motores da linha SCe desde o final de 2016. Segundo a montadora, na versão 1.6, os motores são 30 kg mais leves do que a versão anterior e proporcionam uma economia de 21% no consumo de combustível. "O alumínio tem peso menor que o ferro fundido e isso implica uma redução no consumo de combustível e também nas emissões de gases", diz Martin.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/09/2018

Seção: Suplemento - Indústria do alumínio

Autor: Sérgio Adeodato | Para o Valor, de São Paulo

Título: Tributação verde pode injetar investimentos na reciclagem

A lógica de punir financeiramente atividades econômicas que causam danos ao meio ambiente e premiar quem o protege, com vantagens competitivas no mercado, tem sido um modelo bastante difundido na busca por sustentabilidade diante dos recursos finitos do planeta. Funciona em campos como o consumo hídrico ou energético e, mais recentemente, é base do movimento pela precificação do carbono para coibir emissões atmosféricas ligadas ao aquecimento global. Mas a reciclagem de resíduos urbanos, em que a lata de alumínio de bebidas é o material de largo consumo mais valorizado e disputado pela coleta, caminha na contramão.

A cobrança de impostos em duplicidade ao longo da cadeia até a volta do resíduo como matéria-prima à indústria (desfavorece negócios com a reciclagem) - e não há um regime tributário que incentive materiais de menor impacto ambiental. "Temos um papel relevante no processo da economia verde e de baixo carbono, cenário que representa grande diferencial ao país, e queremos elevar o nível do debate sobre tributação como forma de sinalizar novas tendências à indústria", afirma Renault Castro, presidente executivo da Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alumínio (Abralatas).

Há 15 anos o Brasil está entre os líderes mundiais de reciclagem do material. Em 2016, foram recuperadas no país 97,7% das 286,6 milhões de latas de bebida colocadas no mercado. A taxa caiu 4,3% em relação ao ano anterior, mas permaneceu acima do índice registrado no mesmo período pelos Estados Unidos (63,9%) e Japão (76,1%).

"O momento atual, em que se discutem reformas estruturais indispensáveis para o Brasil, é oportuno para buscar caminhos para que os preços dos diversos bens e serviços reflitam os seus custos ambientais", destaca o recente manifesto apresentado pelo setor visando a criação de um foro de discussão sobre tributação verde na Câmara dos Deputados.

Há dois projetos de lei em tramitação, um deles proposto há mais de dez anos: o PLP 73/2007, prevendo o que chama de "reformulação tributária ecológica" e a criação de taxa sobre o carbono para mitigação das mudanças climáticas, encontra-se na Comissão de Finanças da Câmara. Já o PLP 493/2009, que regulamenta o tratamento diferenciado de produtos e serviços em razão do impacto ambiental, está parado na casa desde 2015.

Países como EUA, Canadá, França e Alemanha têm leis sobre tributação baseada no impacto ambiental. No Brasil, o estudo mais recente sobre o tema aplicado à reciclagem, elaborado em 2013 pela LCA Consultores com propostas de harmonização de impostos como incentivo ao setor de logística reversa, projetou para 2020 uma renúncia fiscal de R\$ 4,9 bilhões, valor que potencialmente poderia ser injetado como investimento na expansão da atividade. Do total, o peso maior repousa no Imposto de Circulação de Mercadorias (ICMS), cobrado no comércio interestadual de sucata e outros recicláveis. Nesse caso específico, o benefício de mudanças na carga tributária poderia representar até R\$ 2,2 bilhões no período.

Como pano de fundo do debate está a perspectiva de vantagens competitivas para o alumínio. Segundo estudo da Resource Recycling Systems (RRS), empresa de consultoria independente dos EUA, enquanto as latas de refrigerantes, cervejas e sucos têm índice médio de reciclagem de 69% no mundo, o vidro registra 46% e a garrafa PET, 43%.

Além da solução para o lixo das cidades, a reciclagem do material exige 5% da energia elétrica necessária à produção com matéria-prima virgem obtida da bauxita, de acordo com International Aluminium Institute. No Brasil, pesquisa do Centro de Tecnologia de Embalagem (Cetea) constatou que a lata fabricada a partir de alumínio reciclado diminui em até 70% as emissões de dióxido de carbono. E o consumo de água cai até 65%, conforme análise que abrangeu diferentes etapas do ciclo do alumínio, da extração da bauxita à produção do alumínio primário e fabricação da embalagem.

Há componentes socioeconômicos, além dos ambientais. Somente na etapa da coleta da latinha, sem contabilizar o faturamento das indústrias recicladoras, R\$ 947 milhões foram injetados diretamente na economia brasileira em 2016, mobilizando renda a uma ampla rede de coletores. De acordo com analistas, o preço atual da sucata em torno de R\$ 4 o quilo reflete a alta demanda pela

indústria - e se torna atrativo principalmente em países em desenvolvimento com desafios sociais e déficit na oferta de empregos, como o Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/09/2018

Seção: Suplemento - Indústria do alumínio

Autor: Sérgio Adeodato | De São Paulo

Título: Coleta de latas bate recordes sucessivos

Disputada por coletores e sucateiros nas cidades brasileiras, a lata de bebida tem alta rotatividade. Demora pouco para ser reciclada: em determinadas condições, o tempo entre a produção, a venda no mercado e o retorno à indústria após o consumo pode girar em torno 30 a 40 dias. "A competição pela sucata é intensa", atesta Gustavo Faria, coordenador de reciclagem da Novelis, multinacional fabricante de produtos laminados, tida como uma das maiores recicladoras de alumínio do mundo.

Com meta global de utilizar 57% de matéria-prima reciclada até o fim de 2018, a empresa, fornecedora de chapas à indústria de automóveis e de latas para bebida, mantém estrategicamente nove centros de coleta destinados ao abastecimento de suas operações no Brasil, com capacidade média de receber 500 toneladas mensais de sucata cada um. "O desafio é o acesso direto a cooperativas de catadores e pequenos sucateiros, permitindo a compra do material com melhor remuneração para a base da cadeia", diz o executivo, com plano de inaugurar neste ano mais duas centrais de recepção.

Desde 2014, a empresa ampliou a capacidade de reciclagem de 200 mil para 390 mil toneladas ao ano para substituir o uso de alumínio primário e, desta forma, alcançar ganhos de sustentabilidade inclusive em benefício de clientes industriais que buscam eficiência, menor impacto ambiental e maior independência do insumo.

No Brasil, o principal concorrente da multinacional na coleta da sucata é a Recicla BR, que opera 26 centros capazes de receber 20 mil toneladas mensais. Ambas as empresas respondem por cerca de 80% a 90% de todo alumínio reciclado no país. "O salto ocorreu há cinco anos, quando o grupo implantou um forte sistema de governança e desenvolvimento de negócios", diz Mario Fernandez, presidente da recicladora nacional, ao lembrar que a estratégia impactou o mercado de sucata, geralmente não profissionalizado.

Como resultado, a capacidade de processamento dobrou. A partir da coleta, que abrange o alumínio e outros materiais metálicos como latão e cobre, a empresa

desenvolve blends de sucata e fabrica tubos, perfis e chapas para pisos de ônibus e baú de caminhões, entre outros. Ao todo, são oito plantas industriais e uma distribuidora de produtos acabados, sendo necessário importar entre 5% e 10% de sucata para manter a produção. "Infelizmente, as vantagens da pegada ambiental do alumínio não são trabalhadas como diferenciais no mercado para influenciar o consumidor final", diz Fernandez.

As latas de bebida correspondem ao maior volume de sucata de obsolescência, gerada após o consumo, e normalmente o material é empregado para fazer chapas que se destinam à fabricação de novas embalagens, fechando o ciclo. Os sucateiros, intermediários no processo, são responsáveis pela maior parcela do fornecimento de sucata de alumínio, captada nas ruas por catadores autônomos que em geral operam na informalidade, em condições precárias. De 5% a 10% das latinhas pós-consumo compradas por indústrias recicladoras vêm de cooperativas de reciclagem com catadores formalizados.

Operada no país desde 1991, quando se iniciou a coleta em supermercados em troca de benefícios aos clientes, a cadeia da reciclagem de latas de alumínio tende a ganhar novo patamar a partir da Lei 12.305/2010, da Política Nacional de Resíduos Sólidos que obriga a logística reversa. Na primeira fase, até o fim de 2017, a meta foi recuperar pelo menos 22% do volume antes despejado em lixões e aterros, com base em 2012 - objetivo atingido pelas empresas da Coalizão Embalagens que firmaram o acordo setorial previsto pela lei junto ao governo federal. A segunda etapa de compromissos, para os próximos dois anos, está sendo negociada com o Ministério do Meio Ambiente. Para Victor Bicca, presidente do Compromisso Empresarial para Reciclagem, "agora é preciso resolver outros desafios, como reduzir a informalidade e desenvolver o parque reciclador para a captação da maior oferta de materiais".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/09/2018

Seção: Suplemento - Indústria do alumínio

Autor: Sérgio Adeodato | De São Paulo

Título: Certificação ambiental diferencia produção

Ao se tornar a primeira empresa do mundo a conquistar o recém-criado selo de sustentabilidade do The Aluminium Stewardship Initiative (ASI), a multinacional Rio Tinto, presente em 35 países com faturamento de US\$ 13,9 bilhões em 2017, não apenas adaptou práticas produtivas a novos procedimentos, como sinalizou ao mercado uma tendência: a de que o respeito às questões ambientais e sociais se torna moeda na cadeia do alumínio. No comunicado após receber o certificado, em julho deste ano, a empresa foi taxativa ao

afirmar que "o material tem papel fundamental a desempenhar nas escolhas de consumo que favorecem a redução de carbono e o aumento da reciclagem em uma ampla gama de produtos finais, desde embalagens de alimentos a edifícios, aviões, carros, telefones celulares e computadores".

A companhia obteve o atestado para suas operações tanto na Austrália como no Canadá, abrangendo desde a mineração de bauxita no total de 11 milhões de toneladas, em 2017, até o refino de alumina e as fundições, responsáveis por uma produção de 1,1 milhão de toneladas de alumínio no período.

Na busca por competitividade, o feito pode influenciar o mercado com impactos positivos, de modo que clientes industriais de diferentes setores forneçam aos consumidores a confiança de que o alumínio foi obtido e processado de forma responsável. Funciona como ponto de diferenciação, na expectativa de futuras mudanças nas demandas de consumo diante dos dilemas socioambientais, a exemplo do que já ocorre em setores como a produção de papel e celulose e o comércio de madeira tropical.

Lançada mundialmente em dezembro de 2017, a certificação ASI tem validade de três anos e objetiva maximizar a contribuição do alumínio para uma sociedade sustentável, com padrões de integridade dos negócios, governança, transparência, meio ambiente e direitos humanos atestados por meio de auditorias independentes - no caso da Rio Tinto, o Bureau de Normalisation du Québec. No aspecto ambiental, são avaliados emissão de gases de efeito estufa, efluentes, água, resíduos e biodiversidade. No social, a previsão neste ano é de avanços no âmbito do Fórum Consultivo para Povos Indígenas.

Além do selo ASI Performance Standard, que cobre basicamente esses pontos, o programa inclui o ASI Chain of Custody Standard, voluntário e complementar, voltado à conexão de práticas sustentáveis nas sucessivas etapas da cadeia de fornecimento até o produto final. "Os critérios direcionam nossa estratégia", revela Ricardo Carvalho, diretor presidente da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), um dos atuais 69 membros da iniciativa no mundo. O plano é ser a primeira empresa brasileira a obter o selo como reconhecimento pela produção responsável, formalizando compromissos em nível global. Mas, na visão do executivo, há desafios: "O tema é tão recente que apenas em julho deste ano uma certificadora europeia demonstrou interesse em atuar no Brasil, sem ter nenhum auditor brasileiro habilitado até o momento".

Pertencente ao grupo Votorantim, a companhia mantém 13 unidades industriais com produção de 417 mil toneladas de alumínio e investimento de R\$ 103 milhões em gestão ambiental em 2017, quando foi criado o projeto "CBA do Futuro" incluindo metas conjuntas nas áreas de sustentabilidade, tecnologia, competitividade e clima. Nas três plantas de mineração em Minas Gerais, após a

lavra da bauxita o esforço é a entrega das áreas aos proprietários rurais com mata nativa reabilitada e solo em condições para o desenvolvimento de atividades agrícolas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/09/2018

Seção: Suplemento - Indústria do alumínio

Autor: Rosangela Capozoli | Para o Valor, de São Paulo

Título: Fabricantes de esquadrias projetam recuperação

Apesar de ainda atravessar tempos instáveis, fabricantes de esquadrias de alumínio apostam que novas oportunidades de negócios no próximo ano. Depois de produzir 130 mil toneladas em 2012, o setor encolheu e só agora começa a se recuperar. Para 2018, a expectativa é que a produção atinja 87,7 mil toneladas, aumento de 2% sobre o ano anterior, considerado bastante tímido. Para 2019, a projeção é de crescimento mais sólido, com produção de 92,7 mil toneladas e avanço de 5,6%.

A mola propulsora serão os lançamentos já anunciados pelas incorporadoras, que no segundo trimestre tiveram expansão de 45,6%, além da possibilidade de o novo governo retomar o Programa Minha Casa Minha Vida. Há também esforço conjunto de melhoria de qualidade de portas e janelas de correr em alumínio e a intenção do setor de começar a exportar.

É o caso da Perfil Alumínio do Brasil, do Espírito Santo, que planeja vender seus produtos aos países vizinhos. "Estamos buscando obras no Mercosul e o próximo passo será fechar negócios com esses parceiros", conta Alexandre Casasco, diretor comercial. À espera da retomada, a Perfil, que atua nos segmentos de extrusão e sistemas, começou a se preparar, há quatro anos, e tem crescido acima do mercado. "Até 2015 nossa participação era intensa no Espírito Santo, Minas Gerais e na região Nordeste; hoje expandimos para todo o país" afirma. Na primeira metade do ano as vendas subiram 20% sobre igual período de 2016 e a projeção é fechar o ano com alta de 15% e cerca 9 mil toneladas.

Para o ano seguinte, a meta é mais que dobrar a produção. "Serão mil toneladas por conta da expansão da fábrica", diz. A decisão de se inserir no Programa Setorial de Qualidade (PSQ) foi outra estratégia acertada. A Associação Nacional de Fabricantes de Esquadrias de Alumínio (Afeal) e a Associação Brasileira de Alumínio (Abal), sob o guarda-chuva do Ministério das Cidades, se uniram para elevar a qualidade do setor. A empresa capixaba foi a primeira a aderir.

"O grande desafio será produzir com qualidade e ter competitividade. Há muitas empresas fora de padrão operando no mercado com preços abaixo do custo em uma concorrência desleal", diz Antonio Antunes, presidente da Afeal. Das 190 companhias filiadas à Afeal, 12 são acompanhadas pelo PSQ. "As que aderiram ao programa registram elevação nas vendas. Até o final do ano outras 20 estarão no PSQ", diz.

A Indústria Brasileira de Alumínio e Plástico (Ibrap), de Urussanga (SC), também está no programa. O diretor presidente, Geraldo Fornasa, olha o mercado com otimismo. "Este ano a previsão é de aumento de 10% sobre 2017. Acredito que 2019 será ainda melhor, podendo crescer mais de 20%", diz. Fabricante de sistemas extrudados e esquadrias, o executivo relata que a unidade de perfis e esquadrias recebeu altos investimentos, entre 2014 e 2016. "O mercado estava aquecido no período. Depois veio a crise econômica, mas o cenário começa a clarear. O setor de esquadrias tende a se normalizar, embora o crescimento para valer comece em 2019. Nos próximos cinco anos, a produção deve se equiparar a 2014, melhor ano da Ibrap", prevê.

O consultor José Carlos Noronha também vê o mercado com bons olhos. "Para 2019 ele projeta alta de 5,6% e um volume de 92,7 mil toneladas. Parte do crescimento virá dos lançamentos anunciados que superam os de 2017", explica. A possível retomada do Programa Minha Casa Minha Vida e o aumento na demanda do consumo popular, observa, aliada a confiança na melhoria no nível de emprego são os fatores que também alavancarão os negócios. "A receita projetada é de R\$ 4,75 bilhões, neste ano, frente aos R\$ 4,55 bilhões de 2016, e a perspectiva é alcançar R\$ 4,98 bilhões em 2019".

Sediada em São José dos Campos (SP) a Prolind Industrial aposta em inovação. "Produzimos extrusão de perfis e peças em alumínio de alta complexidade, utilizadas principalmente na indústria automotiva pesada, e somos fornecedores dos principais fabricantes de caminhões no Brasil", diz Erivam Boff, diretor da unidade de negócios extrudados e metais da companhia. O aumento das exportações, diz, também está em pauta, já com volumes crescentes para a América do Sul. A empresa faz parte do PSQ.

Fabricante de extrudados e tarugos de alumínio, a Alumínio Perfileve, de Maringá (PR), investiu R\$ 10 milhões em inovação. "Investimos em novas tecnologias para melhor atender as demandas do mercado e também estamos inseridos no PSQ", diz Emerson Nascimento, gerente de produção da empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/09/2018****Seção: Suplemento - Indústria do alumínio****Autor: Danylo Martins | Para o Valor, de São Paulo****Título: Indústria de latas amplia participação de mercado**

O mercado de embalagens (latas e folhas finais especiais) não passou incólume à recessão econômica, mas a volta do crescimento em 2017 trouxe otimismo para este ano, segundo executivos do setor. Depois de recuarem 4,1% entre 2015 e 2016, as vendas de latas de alumínio para bebidas retomaram a evolução positiva e subiram 4,9% no ano passado, conforme dados da Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alumínio (Abralatas).

Entre janeiro e julho deste ano, o segmento de embalagens flexíveis com alumínio acumula crescimento de 8%, de acordo com a Abal. Isso leva a crer, segundo Castro, em um avanço próximo a 5% até o fim de 2018. Trata-se de um ano de recuperação para o setor, avalia Renato Castro, presidente executivo da Abralatas. A expectativa se ampara em um primeiro semestre acima das expectativas, afirma Fernando Varela, diretor do negócio de produtos transformados da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) e membro do Comitê de Embalagens da Associação Brasileira do Alumínio (Abal).

A indústria tem forte dependência do mercado de cervejas, cuja participação das latas de alumínio ganha cada vez mais relevância. Em 2015, por exemplo, a parcela de cervejas comercializada em lata era de 46% e subiu para quase 50% no ano passado. "Estamos otimistas com o ganho de mercado em cima do vidro, e a tendência mundial é de aumento da utilização da lata", destaca o presidente da Abralatas. Já os refrigerantes em lata correspondem a 7%, em um segmento que é dominado pela garrafa PET.

Líder mundial em laminados e reciclagem de alumínio, a Novelis concentra 61% do seu portfólio mundial no segmento de chapas para latas. "É um mercado relativamente grande e que cresceu muito ao longo dos últimos anos", afirma Francisco Pires, COO da Novelis América do Sul. De olho no potencial do setor, a companhia investiu US\$ 340 milhões para ampliar a capacidade produtiva da unidade em Pindamonhangaba (SP) de 400 mil toneladas, em 2013, para as atuais 600 mil toneladas.

"Ao todo, nos últimos anos, foram aplicados US\$ 450 milhões para podermos suportar esse crescimento", conta Pires. Além da expansão, esse montante incluiu um investimento em uma área voltada para a pintura das chapas e um aporte para dobrar a capacidade do processo de reciclagem. Hoje, a unidade

opera com produção na faixa de 500 mil toneladas por ano. Segundo o executivo, as perspectivas são positivas até o fim do ano. E não é à toa: o fornecimento de chapas para latas cresceu 15% de abril a julho em relação ao mesmo período do ano passado. Além da Copa do Mundo, que ajudou a impulsionar os negócios, a chegada do verão é sempre importante para a indústria, diz Pires.

Em maio, a Novelis inaugurou um novo centro de coleta de latas em Uberlândia (MG). No total, a companhia mantém nove centros de coleta espalhados pelo país. Ainda este ano, dois novos centros de coleta devem ser inaugurados em Natal (RN) e São Gonçalo (RJ). O objetivo é abrir dois espaços a cada ano, segundo Pires.

Recentemente, a CBA também implementou melhorias na fabricação de folhas para embalagens, assegurando que as perdas originadas no processo interno possam ser recuperadas e reutilizadas em quase sua totalidade. O Brasil é líder mundial em reciclagem de latas de alumínio, com um índice próximo a 98% de aproveitamento do material.

Para Varella, da CBA, uma das razões para a resiliência do mercado de embalagens nos últimos anos é a mudança do comportamento do consumidor, que tem buscado cada vez mais produtos versáteis e saudáveis. O consultor de embalagens Alberto Ander concorda. "A barreira do alumínio contra a entrada de luz, umidade e oxigênio, por exemplo, é muito forte, o que confere maior qualidade aos produtos", afirma o consultor.

Terceiro maior produtor de latinhas, atrás apenas de Estados Unidos e China, o Brasil tem atraído nos últimos anos grandes fabricantes mundiais para o setor. No fim de 2016, a CanPack comprou a Companhia Metalic Nordeste, então pertencente à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Maracanaú (CE), por cerca de R\$ 370 milhões. A empresa polonesa investiu, ainda, aproximadamente R\$ 300 milhões no aumento da capacidade e conversão da fábrica de latas de aço para alumínio, conta ao Valor Paulo Dias, CEO da CanPack Brasil. Atualmente, a unidade produz cerca de 1,5 bilhão de latas por ano.

Outra aposta foi em Itumbiara (GO), cidade onde a CanPack investiu em torno de R\$ 500 milhões na construção de uma fábrica de latas, com capacidade produtiva de 2 bilhões de latas ao ano, segundo Dias. Inaugurada em abril deste ano, a unidade resultou na criação de mais de 200 empregos diretos na região.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 03/09/2018****Seção: Suplemento - Indústria do alumínio****Autor: Roseli Loturco | Para o Valor, de São Paulo****Título: Habitação popular puxa demanda na construção civil**

Longe da relevância dos setores de embalagens e transportes no consumo de alumínio no país, a construção começa a despontar como mercado ascendente. As formas mais visíveis e de maior uso ainda são as esquadrias para janelas e portas e os painéis de fachadas, mas há quem esteja desenvolvendo sistema próprio de uso do metal para ganho de eficiência operacional e maior agilidade no processo construtivo.

É o caso da MRV Engenharia que, na contramão da crise vivida pelo setor, foi entre as incorporadoras a que menos sentiu seus efeitos. O motivo foi ter apostado justamente em um nicho de mercado pelo qual poucas empresas se interessam, o voltado para a população de baixa renda, que tem no programa Minha Casa, Minha Vida o seu maior mantenedor.

Segundo levantamento feito pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), a pedido do Ministério das Cidades, para identificar os sistemas construtivos convencionais mais utilizados no mercado imobiliário, observou-se que mais de 85% das esquadrias nos diferentes níveis de obras são de alumínio, ficando o restante subdividido entre as de aço, madeira e PVC.

A predominância do alumínio para esta finalidade se deve à alta durabilidade, resistência, desempenho e sustentabilidade. "Combinado ao atual custo-benefício, têm sido fatores determinantes para garantir a utilização", explica Magda Reis, consultora de construção civil e coordenadora dos cursos de extensão em alumínio na arquitetura da Associação Brasileira do Alumínio (Abal). Para ela, no Brasil, por questões climáticas, o alumínio tem vocação forte para ter aplicação ainda maior na construção. "Na Europa a preferência é pelo PVC". Hoje 23 produtos e sistemas construtivos utilizam o alumínio na construção civil.

No primeiro trimestre do ano, o consumo geral de alumínio na construção aumentou 2,1% em relação ao mesmo período de 2017. Pode parecer pouco, mas sinaliza retomada de um setor que enfrentou quase quatro anos de retração de demanda e aumento de distratos por inadimplência. O aumento foi puxado principalmente pelas folhas (50%) e chapas de alumínio (4%) segundo levantamento da Abal.

Um marco considerado importante pelo setor foi a regulamentação da norma NBR 15575, de julho de 2013, que obriga as construtoras a certificarem a qualidade do produto que usam nas construções. "As construtoras têm que justificar e se preocupar com qualidade também e o alumínio entra como solução. A tendência é industrializar os processos de construção e o alumínio facilitará os sistemas desenvolvidos", diz Magda.

No caso da MRV, que construiu 40 mil apartamentos por ano nos últimos quatro anos, não foi diferente. A construtora desenvolveu um sistema construtivo que utiliza forma de alumínio em paredes de concreto e dobrou seu consumo do produto este ano para atender a demanda. "Investimos R\$ 30 milhões em esquadrias e R\$ 60 milhões em forma de alumínio para parede de concreto este ano, diz Darnon Álvares de Medeiros, diretor de suplementos da MRV.

Em 2018, a meta de vendas da MRV é de 50 mil unidades e a produção deve ficar em 40 mil unidades. "Os 50 mil que queremos vender este ano devem começar a ser produzidos em 2019", explica.

A principal vantagem no novo processo construtivo que usa alumínio em paredes é a velocidade de produção, "o que reduz custos fixos de obras, com ganho de produtividade significativo", diz Medeiros.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/09/2018

Seção: Suplemento - Indústria do alumínio

Autor: Roseli Loturco | De São Paulo

Título: Alta do consumo incentiva investimento

Depois de uma queda de 11% no consumo de alumínio para construção nos últimos cinco anos, a perspectiva de o setor avançar 2% em 2018 e 6% nos próximos anos, leva otimismo para as empresas, que vêm investindo em aquisições e novos projetos. Estima-se que o consumo de alumínio na construção alcance 198 mil toneladas em 2023, mesmo patamar apurado em 2014, considerado um bom ano para o setor. Em 2017, a construção representava 12% do consumo do metal no país, ou 154 mil toneladas, conforme dados da Associação Brasileira do Alumínio (Abal). Em 2014, a fatia era de 15%.

De olho nesses números, as empresas lançam diferentes estratégias para aproveitar a esperada retomada. A Hydro Extrusion investiu US\$ 10 milhões na compra em abril das plantas de extrusão da Arconic no Brasil. "Nos tornamos líderes no fornecimento para a construção", diz Marcelo Santos, gerente

comercial da empresa. Hoje, 50% da produção da Hydro vai para a construção civil e os produtos mais demandados são esquadrias de alumínio, que têm de seguir as exigências da norma 15.575, que trata de acústica. "Imóveis financiados pela Caixa Econômica Federal, por exemplo, não podem estar fora desta norma", diz Santos.

Há 23 anos atuando como importadora de painéis de alumínio para a construção, a Projeto Alumínio resolveu montar uma fábrica no Brasil para produzir parte dos produtos que trazia da China. A empresa investiu R\$ 25 milhões e fechou parceria com a Novelis para o fornecimento da matéria-prima, uma liga especial resistente a corrosão e com núcleo anti-chamas. "Hoje, nosso painel é um dos produtos mais verdes do mercado, porque o percentual de reciclagem do que consumimos é entre 40% e 60%", diz Jefferson Lousa, diretor comercial da empresa. A produção, de 80 mil m² por mês, cresceu 50% em 2017 e em 2018 deve alcançar 1 milhão de m² de produção. Os painéis são usados em fachadas de prédios. Além da produção interna, a empresa, que concentra na construção 90% de sua demanda, importa de 40% a 50% do vende. A expectativa é faturar R\$ 125 milhões este ano. Em 2017 a receita foi de R\$ 115 milhões.

A parceria também animou a Novelis. A empresa desenvolveu produtos laminados de alumínio para atender os setores de arquitetura e construção com acabamento diferenciado e reciclável. Com o uso de tintas PVDF, que resistem aos raios ultravioleta e a condições climáticas extremas, as chapas de alumínio são usadas para produção de painéis, como os do Projeto Alumínio. É uma tecnologia nova no país e consolidada na Europa, diz Guilherme Superbia, gerente de excelência comercial e marketing da empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 03/09/2018

Seção: Suplemento - Indústria do alumínio

Autor: Marleine Cohen | Para o Valor, de São Paulo

Título: Arquitetura abre novas alternativas para uso de alumínio

Tradicionalmente associado à fabricação de caixilhos e esquadrias, o alumínio passou a ter novas aplicações no mercado da construção civil, ampliando as possibilidades de concepção arquitetônica em todo o mundo. No Brasil, 11º maior produtor de alumínio primário no ranking internacional, com 801,7 mil toneladas produzidas em 2017, segundo dados da Associação Brasileira de Alumínio (Abal), as características do material vêm sendo exploradas, e aprovadas, por profissionais do setor em pelo menos dois novos campos.

Segundo o arquiteto e urbanista Márcio Mazza, ex-professor de Teoria da Arquitetura na FAU-Santos, além das esquadrias, o alumínio tem aplicação estrutural, em vigas e demais estruturas espaciais, e em fachadas, forros e grandes painéis. “Ele é leve, resistente, não enferruja e pode ser moldável para realçar detalhes, conferindo à obra elegância e sobriedade”, explica. “Além disso, por ser menos pesado que qualquer outro material, seu transporte consome menos energia.”

Fabiana Stucchi, professora de Projetos do curso superior de Arquitetura e Urbanismo da Fundação Álvares Penteado (FAAP), destaca o bom uso do material também em situações de desastre ambiental ou déficit habitacional, quando, por exemplo, é preciso abrigar populações atingidas por terremotos ou tsunamis ou, ainda, construir moradias populares em larga escala, como é o caso do Brasil.

“O acesso a este material é fácil e rápido: ele é comercializado em rolo ou em placas e pode ser trabalhado no próprio canteiro de obras, com economia de recursos naturais, para fazer pisos e forros. Graças a essa versatilidade, sua utilização é tema recorrente em sala de aula, sempre que se fala em construções inteligentes”, adianta a arquiteta.

Exemplos mais recentes de emprego do alumínio na construção civil são o Sesc da avenida Paulista, em São Paulo, obra assinada pelo escritório Königsberger Vannucchi, e o conjunto de edifícios residenciais D’Azur, em Salvador, Bahia, erguido pela Caramelo Arquitetos.

Alexis Aldrovandi, arquiteto e gerente de design da Königsberger Vannucchi, confirma que o alumínio vem sendo empregado em todo o mundo há pelo menos três décadas. “No Brasil, ele é mais utilizado na forma de ACM (Aluminium Composite Material), mas poderia ser ainda mais explorado em fachadas cinéticas”, por exemplo, opina.

O ACM é um revestimento de alta resistência, constituído por um núcleo de polietileno colocado entre duas lâminas de alumínio sob tensão, que variam em espessura de acordo com o projeto e se adequam a diferentes métodos de acabamento e pintura.

“Prédios públicos ganhariam mais destaque se ornamentados com brises, isto é, peças em alumínio moldadas ao corte laser que se movem, deixando a luz passar”, exemplifica Aldrovandi.

Além de proporcionar ambientes limpos, com um toque futurista — em especial se harmonizado com o vidro —, esse alumínio não só consegue melhorar o desempenho energético da obra como também a performance térmica dos

fechamentos dos prédios, principalmente se combinado com algum material isolante”, acrescenta o arquiteto, lembrando que do ponto de vista da sustentabilidade, ele também é altamente reciclável e gera menos poluentes industriais no canteiro de obras.

Como acabamento, também vem oferecendo inúmeras alternativas: “Hoje, se chega à cor e textura que se quiser, e há ainda a possibilidade de ele imitar, por exemplo, a madeira ou o zinco, e tudo isso a preços mais acessíveis e com um toque de altíssimo padrão”, completa Márcio Mazza.

Com todas essas características, a aplicação do alumínio só não é maior no Brasil, segundo os especialistas, porque prevalece a ideia, entre incorporadores, de que se trata de um material nobre, muito mais caro que a massa.

Para Maria Teresa Faria Godoy, diretora da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura (ASBEA), este é um preconceito e um estigma que devem ser combatidos: “O alumínio é um material altamente resistente à corrosão e pragas, que dispensa manutenção e tem excelente vida útil”, argumenta. “Usar acabamentos que podem durar 30, 40 anos em empreendimentos imobiliários é um argumento de venda que cada vez mais mobiliza o consumidor. Por isso, daqui para a frente, seu emprego só tende a crescer”, prevê.

MME / ASCOM .